

PALÁCIO BARRIGA-VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO LVII

FLORIANÓPOLIS, 26 DE SETEMBRO DE 2007

NÚMERO 5.788

16ª Legislatura
1ª Sessão Legislativa

MESA

Julio Cesar Garcia

PRESIDENTE

Clésio Salvaro

1º VICE-PRESIDENTE

Ana Paula Lima

2º VICE-PRESIDENTE

Rogério Mendonça

1º SECRETÁRIO

Valmir Comin

2º SECRETÁRIO

Dagomar Carneiro

3º SECRETÁRIO

Antônio Aguiar

4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO

João Henrique Blasi

PARTIDOS POLÍTICOS

(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA

Líder: Kennedy Nunes

PARTIDO DO MOVIMENTO

DEMOCRÁTICO BRASILEIRO

Líder: Manoel Mota

DEMOCRATAS

Líder: Gelson Merísio

PARTIDO DOS TRABALHADORES

Líder: Padre Pedro Baldissera

PARTIDO DA SOCIAL

DEMOCRACIA BRASILEIRA

Líder: Marcos Vieira

PARTIDO TRABALHISTA

BRASILEIRO

Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO REPUBLICANO

BRASILEIRO

Líder: Odete de Jesus

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA

Líder: Professor Grandó

PARTIDO DEMOCRÁTICO

TRABALHISTA

Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Romildo Titon - Presidente

Marcos Vieira - Vice Presidente

Darci de Matos

Cesar Souza Júnior.

Pedro Uczai

Pe. Pedro Baldissera

Narcizo Parisotto

Joões Ponticelli

João Henrique Blasi

Terças-feiras, às 9:00 horas

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Reno Caramori - Presidente

Décio Góes - Vice Presidente

Sargento Amauri Soares

Serafim Venzon

Manoel Mota

Renato Hinnig

Onofre Santo Agostini

Terças-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Jailson Lima da Silva - Presidente

Odete de Jesus - Vice Presidente

Darci de Matos

Herneus de Nadal

Jandir Bellini

Jorginho Mello

Genésio Goulart

Quartas-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE AGRICULTURA, E POLÍTICA RURAL

Moacir Sopelsa - Presidente

Reno Caramori - Vice Presidente

Sargento Amauri Soares

Dirceu Dresch

Marcos Vieira

Gelson Merísio

Romildo Titon

Quartas-feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Onofre Santo Agostini - Presidente

Joões Ponticelli - Vice Presidente

Dirceu Dresch

José Natal Pereira

Renato Hinnig

João Henrique Blasi

Professor Grandó

Terças-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Jorginho Mello - Presidente

Gelson Merísio - Vice Presidente

Décio Góes

José Natal Pereira

Jandir Bellini

Manoel Mota

Renato Hinnig

Odete de Jesus

Silvio Dreveck

Quartas-feiras, às 09:00 horas

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Dirceu Dresch - Presidente

Sargento Amauri Soares - Vice Presidente

Cesar Souza Júnior

Edson Piriquito

Herneus de Nadal

Kennedy Nunes

Nilson Gonçalves

Quartas-feiras às 11:00 horas

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E MINAS E ENERGIA

Silvio Dreveck - Presidente

Renato Hinnig - Vice Presidente

Ada de Luca

Elizeu Mattos

Marcos Vieira

Pedro Uczai

Professor Grandó

Quartas-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Décio Góes - Presidente

José Natal Pereira - Vice Presidente

Cesar Souza Júnior

Edson Piriquito

Renato Hinnig

Reno Caramori

Professor Grandó

Quartas-feiras, às 13:00 horas

COMISSÃO DE SAÚDE

Genésio Goulart - Presidente

Jailson Lima da Silva - Vice Presidente

Edson Piriquito

Gelson Merísio

Kennedy Nunes

Serafim Venzon

Odete de Jesus

Terças-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER

Ada de Luca - Presidente

Pedro Uczai - Vice Presidente

Genésio Goulart

Kennedy Nunes

Elizeu Mattos

Serafim Venzon

Odete de Jesus

Quartas-feiras às 10:00 horas

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Darci de Matos - Presidente

Pedro Uczai - Vice Presidente

Ada de Luca

Manoel Mota

Jorginho Mello

Professor Grandó

Silvio Dreveck

Quartas-feiras às 08:00 horas

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Nilson Gonçalves - Presidente

Narcizo Parisotto - Vice Presidente

Ada de Luca

Jandir Bellini

Elizeu Mattos

Moacir Sopelsa

Jailson Lima da Silva

Terças-Feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Odete de Jesus - Presidente

Kennedy Nunes - Vice Presidente

Jailson Lima da Silva

Moacir Sopelsa

Joões Ponticelli

Nilson Gonçalves

Onofre Santo Agostini

Romildo Titon

João Henrique Blasi

**DIRETORIA
LEGISLATIVA**

Coordenadoria de Publicação:
responsável pela digitação e/ou
revisão dos Atos da Mesa Diretora e
Publicações Diversas, diagramação,
editoração, montagem e distribuição.
Coordenador: Eder de Quadra
Salgado

Coordenadoria de Taquigrafia:
responsável pela digitação e revisão
das Atas das Sessões.
Coordenadora: Lenita Wendhausen
Cavallazzi

**Coordenadoria de Divulgação e
Serviços Gráficos:**
responsável pela impressão.
Coordenador: Claudir José Martins

**DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA
EXPEDIENTE**

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves
Rua Jorge Lu Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC
CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500
Internet: www.alesc.sc.gov.br

IMPRESSÃO PRÓPRIA
ANO XII - NÚMERO 1802
1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES
EDIÇÃO DE HOJE: 20 PÁGINAS

ÍNDICE**Plenário**

Ata da 076ª Sessão Ordinária da
16ª realizada em 25/09/2007.....2

Publicações Diversas

Ata de Comissão Permanente.....
.....10
Audiência Pública.....11
Mensagens Governamentais.....
.....17
Ofício.....19
Projetos de Lei.....20
Requerimento.....20
Resolução20

PLENÁRIO

ATA DA 076ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 25 DE SETEMBRO DE 2007 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

deputados: Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Dagomar Carneiro - Darci de Matos - Dêcio Góes - Dirceu Dresch - Edson Piriquito - Elizeu Mattos - Gelson Merísio - Genésio Goulart - Herneus de Nadal - Jailson Lima - Jandir Bellini - João Henrique Blasi - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - José Natal - Julio Garcia - Kennedy Nunes - Manoel Mota - Marcos Vieira - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Nilson Gonçalves - Odete de Jesus - Onofre Santo Agostini - Pedro Baldissera - Pedro Uczai - Professor Grandó - Renato Hinnig - Reno Caramori Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Serafim Venzon - Sílvio Dreveck - Valmir Comin.

SUMÁRIO**Breves Comunicações**

DEPUTADO JANDIR BELLINI - Solicita uma posição do governador para a questão do presídio de Itajaí.

DEPUTADO MOACIR SOPELSA (pela ordem) - Registra a presença dos alunos de Ciências Contábeis da Universidade do Contestado, de Concórdia, acompanhados do professor Ari Dalvesco.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR (pela ordem) - Comunica o falecimento do ex-delegado Levi Peres e do empresário Jeferson Dolher, de Canoinhas.

DEPUTADA ODETE DE JESUS - Elogia edição do *AL Notícias* e a matéria sobre a terceira idade.

DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI (pela ordem) - Registra o falecimento do ex-deputado Zany Gonzaga.

DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Apóia as reivindicações e manifestações do MST em Santa Catarina.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Chama a atenção para a questão da segurança pública no estado.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR (pela ordem) - Registra a presença do vereador Dimas de Freitas, de São Bento do Sul.

DEPUTADO MANOEL MOTA (pela ordem) - Cumprimenta o ex-deputado Vilson Santin pela visita nesta Casa.

Partidos Políticos

DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Destaca necessidade de investimentos no estado.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH (aparte) - Elogia o tema apresentado pelo deputado Moacir Sopelsa.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Fala da instalação de indústria da Aurora no planalto norte.

DEPUTADO ELIZEU MATOS (aparte) - Faz elogios ao governador do estado.

DEPUTADO GELSON MERÍSIO - Fala da necessidade de discutir a duplicação da BR-282 como fundamental para o desenvolvimento de Santa Catarina.

DEPUTADO HERNEUS DE NADAL (aparte) - Afirma que a BR-282 está em situação precária.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR (pela ordem) - Parabeniza o prefeito de São Bento do Sul e o ex-secretário Regional Lourenço Schreiner pelo prêmio Fritz Müller.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Apresenta retrospectiva sobre o Besc e procede à sua defesa.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH (aparte) - Parabeniza a deputada Ana Paula Lima pela defesa do Besc e critica a postura do governo do estado em relação ao banco.

DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO - Fala sobre o aumento da tabela do SUS.

DEPUTADO MANOEL MOTA (aparte) - Defende os governos do PMDB e sua atuação em relação ao Besc.

DEPUTADO JOSÉ NATAL (pela ordem) - Informa que a tabela do SUS só será aumentada se a CPMF for mantida.

DEPUTADO KENNEDY NUNES - Repudia aumento das taxas ambientais.

DEPUTADO MOACIR SOPELSA (aparte) - Afirma que não concorda com o aumento de taxas.

DEPUTADO RENO CARAMORI (pela ordem) - Comunica a participação em audiência pública em Passos Maia para tratar de construção de PCH.

DEPUTADO SERAFIM VENZON - Refere-se ao crescimento do PSDB no estado.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA (pela ordem) - Registra a presença do professor Paulo Schmidt, da Furb.

Ordem do Dia

DEPUTADO PROFESSOR GRANDO (pela ordem) - Sugere a convocação de sessão extraordinária.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Inscrito para falar o sr. deputado Jandir Bellini, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JANDIR BELLINI - Sr. presidente, srs. deputados, catarinenses, o que me traz à tribuna são dois assuntos que entendo ser de muita relevância para o nosso estado e para a nossa gente.

O primeiro deles diz respeito à universidade do Vale do Itajaí, a Univali, a maior do estado de Santa Catarina, hoje uma referência nacional. E quero homenagear essa universidade, que completou 43 anos de ensino superior em Itajaí na última sexta-feira. Ela hoje conta com diversos *campi* nos municípios de Biguaçu, São José, Tijucas, Piçarras, Balneário Camboriú e Itapema.

É com muita honra que faço este registro porque tenho acompanhado a nossa universidade nesses últimos 20 anos. E todas as pessoas que por lá passaram hoje se orgulham de terem frequentado aquela universidade nos seus mais de 35 cursos superiores.

Quero transmitir a minha homenagem ao magnífico reitor, professor José Roberto Provese, que tão sabiamente está conduzindo os destinos da nossa universidade. Parabéns à Univali, ao seu corpo docente e a todo o povo de Itajaí.

O segundo assunto que me fez assomar esta tribuna está relacionado à segurança dos catarinenses, especificamente à segurança dos três municípios que são referências no turismo, na economia e na política em nosso estado: Itajaí, Balneário Camboriú e Camboriú.

Em junho de 1995, estivemos, com a presença do sr. governador do estado, da senadora Ideli Salvatti e do ministro da Justiça, na época Márcio Thomaz Bastos, em Itajaí, onde se anunciou que dentro de 60 dias seria dado início à construção de um presídio regional que atenderia às necessidades na área da segurança dessas três cidades. Os três municípios assumiram o compromisso de desapropriar uma área adequada para que esse empreendimento fosse construído. Foi desapropriada, por Camboriú, Balneário Camboriú e Itajaí, uma área de 141 metros. Inclusive, há poucos dias tramitou nesta Casa um projeto de lei que autorizava a adoção, por parte do governo do estado, do referido imóvel.

Porém passaram-se mais de dois anos e não houve sequer o início da construção daquele presídio e não existe uma informação com relação a essa questão. Além disso, as manchetes desse final de semana em Itajaí dão conta de que o presídio de Itajaí é uma verdadeira panela de pressão, pois vive um momento muito delicado, podendo criar uma série de problemas na área da segurança.

Segundo o *Jornal de Santa Catarina*, a situação é a seguinte:

(Passa a ler.)

"A chuva que caiu na última sexta-feira pela manhã permitiu que a Operação Pente-Fino no Presídio Regional de Itajaí atingisse apenas 10 das 59 celas. Os agentes prisionais encontraram maconha, sete telefones celulares e 11 espelhos, feitos com pedaços de ventilador, grades, antenas de TV e outros objetos pontiagudos. Quarta-feira, uma bola recheada com uma pistola e cinco maços de cigarros foi lançada no telhado do presídio. Quinta-feira, um dos 19 detentos da ala de Regalia fugiu. Até o fechamento desta edição, ele não havia sido encontrado. O presídio tem hoje 540 presos para 198 vagas."[sic]

E se essa bola recheada com uma pistola tivesse alcançado o seu objetivo, certamente teríamos aí uma questão muito delicada, porque de posse de uma arma um detento poderia render os carcereiros e causar uma fuga em massa de todo o presídio.

Sr. presidente, a Associação Comercial e Industrial de Itajaí, quando das eleições de 1996, apresentou uma pauta de reivindicações ao sr. governador, o então candidato Luiz Henrique da Silveira. Então, queremos que o governador do estado cumpra com o compromisso que assumiu com a sociedade itajaiense, eis que a situação da segurança é muito delicada. E há questão de um mês, o governador lá esteve, e a associação retirou todos os demais itens da pauta de reivindicação, ficando somente com a questão da segurança e do presídio. Mas até agora nada foi feito.

Dizem que R\$ 13 milhões do governo federal estariam à disposição na Caixa Econômica Federal para o projeto do presídio, que já não se sabe mais se é presídio ou penitenciária. E essa é outra questão que precisa ser esclarecida pela secretaria da Segurança do estado, porque se for um presídio, será para atender as três cidades, e foi para isso que elas bancaram a desapropriação do terreno, mas se for penitenciária, a comunidade quer saber, porque não é aceita a construção de uma naquela localidade.

Então, usamos esta tribuna para chamar a atenção do sr. governador e do sr. secretário da Segurança, no sentido de que definam, de uma vez por todas, o início da construção desse presídio, antes que alguma coisa mais séria possa acontecer, com relação à segurança, no nosso querido município de Itajaí.

Gostaria também de dizer aos srs. deputados, às sras. deputadas e ao povo catarinense que estamos encaminhando, nesta tarde, nesta sessão plenária, uma moção a ser enviada ao ministro das Relações Exteriores, com relação a um novo documento exigido das empresas exportadoras para o Mercado Comum Europeu. Inclusive, a Facisc e a Associação Comercial e Industrial de Itajaí já se manifestaram.

Essa moção tem como objetivo fazer com que essa Resolução Secex n. 15 desvincule a burocracia de exigir um certificado de origem no banco do Brasil, quando isso pode ser feito no Serviço de Inspeção Federal ou em outros órgãos que possam proporcionar melhor facilidade ao exportador catarinense.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Moacir Sopelsa.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Muito obrigado, sr. presidente, queria registrar nesta Casa, com muito orgulho, a visita dos alunos de Ciências Contábeis da Universidade do Contestado, de Concórdia, acompanhados do professor Ari Dalvesco. Esses acadêmicos, com certeza, no dia de amanhã, serão as pessoas que irão ajudar a conduzir os destinos, o crescimento e o desenvolvimento do estado de Santa Catarina.

Parabéns a todos vocês!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Sejam bem-vindos à Assembléia Legislativa.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a compressão da deputada Odete de Jesus, com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, nobres deputados, gostaríamos de prestar a nossa solidariedade a um fato inédito e trágico que aconteceu, ontem à noite, na cidade de Canoinhas, ou seja, a morte de dois jogadores de futebol, que tiveram um infarto fulminante na mesma partida de futebol. Trata-se de Levi Peres, ex-delegado e policial na cidade de Canoinhas, e do empresário Jeferson Dohler.

As nossas condolências às famílias de luto e ao esporte de Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - A Presidência registra também a visita nesta Casa do vereador de Araranguá, cabo Lourival João, com uma grande comitiva daquele município.

Com a palavra a deputada Odete de Jesus, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Sr. presidente, deputado Julio Garcia, demais integrantes da mesa, sras. deputadas, srs. deputados, amigos que acompanham o nosso trabalho, visitantes maravilhosos que nos honram com sua presença, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, estive analisando o jornal *AL Notícias*, que a Assembléia Legislativa distribui por todo o estado de Santa Catarina. São mais de cinco mil exemplares atingindo mais ou menos 90% dos municípios catarinenses.

Esse jornal chega às Câmaras Municipais, a vários segmentos da sociedade, deputado Onofre Santo Agostini. A população gosta muito de saber da atuação de cada deputado, dos projetos que estão tramitando, da atuação dos parlamentares nas comissões, das homenagens que são conferidas a algumas entidades e assim por diante. Inclusive, o jornal já mostrou também a merecida homenagem ao nosso amigo prefeito de Joinville, Marco Antônio Tebaldi. E eu não poderia deixar de parabenizar o prefeito, que é nosso grande amigo.

O que mais me chamou a atenção na edição que tenho em mãos foi a matéria das páginas seis e sete, que traz um conteúdo, deputado Décio Góes, muito importante, ou seja, a fala da deputada Ana Paula Lima sobre a luta para tornar o Estatuto do Idoso uma realidade no estado de Santa Catarina. E pude observar que a luta é grande. Hoje, a expectativa de vida dos idosos em nível de Brasil e de estado cresce. Além disso, o nosso Brasil já está competindo com a França, com outros países em que a melhor idade atinge um índice de vida bem elevado. Graças a Deus, hoje, as pessoas, deputado José Natal, da melhor idade estão cada vez mais se valorizando, porque as pessoas que cuidam da sua saúde, do seu bem-estar, amam a si e ao próximo. Portanto, procuro cuidar da alimentação, pois já estou chegando lá. Falei várias vezes que já subi a serra da Mantiqueira e que estou voltando.

Hoje, as pessoas estão cada vez mais valorizando a melhor idade; por isso, temos aqui o Núcleo da Terceira Idade, Neti, que é pioneiro no país na luta pela cidadania. No mês de agosto o Neti completou 25 anos de atividades. E a professora Ângela Maria Alvarez fala que o número de alunos da terceira idade tem sido muito promissor. Esses alunos são aqueles que estão sempre prontos a participar dos encontros da terceira idade. E hoje existem aproximadamente 600 pessoas matriculadas em cursos de informática, formação de monitores, teatro, inglês, italiano, espanhol, francês e alfabetização.

Então, quando eles, da melhor idade, investem em si próprios, é porque se estão amando e amando o próximo também. Estão procurando viver mais. E as famílias ficam felizes porque vêem os seus avós, os seus pais, de 70 anos, 80 anos, 60 anos, inteirados, procurando desenvolver atividades, não ficando com horas ociosas. Inclusive, temos o depoimento de uma senhora de 71 anos, que conta com emoção as suas atividades. E não vou entrar muito na questão, porque o meu tempo é curto e quero passar meio rápido.

Também quero parabenizar os meus colegas deputados, o deputado do PMDB, Antônio Aguiar, que foi autor de uma lei, nesta Casa, sobre os Jogos Abertos da Terceira Idade. S.Exa. fala que é uma questão de saúde e que, como médico, sempre orienta as pessoas a praticarem atividades físicas. Então, por que não os jogos?

O deputado Cesar Souza Júnior também tem três projetos tramitando nesta Casa Legislativa: atendimento ao idoso na área da saúde, obrigação das empresas que administram estacionamento público a reservarem vagas para idosos e gratuidade ao idoso para viagens intermunicipais.

Também não poderia deixar de falar do meu projeto de lei que tramita aqui: o Programa SOS Vovô. A intenção desse projeto é dar atendimento adequado às denúncias de maus tratos e violência contra os idosos e também é um alerta para os idosos se precaverem contra as doenças sexualmente transmissíveis, as DST, e a Aids. Esse projeto está tramitando, e temos certeza de que vamos ter sucesso.

Então, esse nosso projeto contra os maus tratos é porque existem netos e até filhos que exploram os idosos. Aquele filho que não dá valor ao pai, não dá valor ao avô e tenta explorá-lo, exigindo que ele faça um empréstimo bancário e depois arque com as contas. Não podemos aceitar essa situação, temos que tratar os idosos com muito carinho. Eles são mestres porque são eles que nos transmitem suas ricas experiências em qualquer área. Temos professores com mais 50 anos, até com 60, que hoje estão ministrando aulas, deputado Pedro Baldissera, e com muita experiência. Voltarei com esse tema porque estamos no mês da melhor idade.

Gostei muito dessa matéria das páginas seis e sete do jornal *AL Notícias* e parabeno-os por terem feito duas páginas com esse tema.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Pedro Baldissera, por até dez minutos.

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Peço a palavra, pela ordem, sra. presidente!

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Onofre Santo Agostini.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Com a permissão do ilustre deputado que vai fazer uso da palavra, gostaria de fazer um registro triste. Não pense v.exa. que sou o agouro da desgraça.

Semana passada faleceu uma figura extraordinária, que foi presidente desta Casa, o deputado Zany Gonzaga.

Ele foi presidente desta Casa por duas vezes, deputado ao longo história e que nos ensinou muito. Não tive o privilégio de ser deputado junto com ele, mas vivi, como funcionário desta Casa, por longo tempo trabalhando neste Parlamento sob o comando de Zany Gonzaga.

Foi uma perda, sem dúvida alguma, que deixa Santa Catarina muito triste, porque Zany Gonzaga faleceu aos 91 anos de idade e a figura desse extraordinário homem público serviu de exemplo para os deputados antigos desta Casa. Catarinense de Porto União, filho de Porto União, Zany Gonzaga foi o homem que defendeu o antigo PSD na região do Contestado: Caçador, Curitiba, Canoinhas, etc.

O nosso ex-deputado foi velado aqui nesta Casa e como, infelizmente, era domingo, muitos deputados desta Casa não compareceram para hipotecar solidariedade à família de Zany Gonzaga.

Aproveito essa oportunidade, com a permissão da sra. presidente e do deputado Pedro Baldissera, para fazer aqui o registro do passamento do grande presidente e grande deputado Zany Gonzaga.

Muito obrigado!

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, deputado Onofre Santo Agostini, pela lembrança desse registro.

Agora, sim, com a palavra o deputado Pedro Baldissera, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Sra. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, aproveito o momento para trazer presente à nossa Assembléia Legislativa e aqueles que nos acompanham, na tarde de hoje, essa importante mobilização que, sob a coordenação do MST, está sendo realizada em todo nosso país desde o dia de ontem, no sentido de fazer com que a pauta já construída em outros momentos possa tornar-se, para todo o movimento e especialmente para os assentados e acampados, uma grande realidade.

Em nosso estado o movimento está mobilizado neste momento com duas importantes manifestações. Uma, concentrando-se na cidade de Chapecó, reunindo o MST e outros solidários de toda a grande região do extremo oeste, oeste e meio-oeste do estado e Santa Catarina. Outra, centralizada aqui na capital do estado, fazendo a sua agenda política positiva com órgãos federais e ao mesmo tempo com órgãos do estado de Santa Catarina.

Nesse sentido, nós queremos registrar, com muita alegria, que na parte da manhã o Movimento dos Sem-Terra foi recebido por várias secretarias do governo do estado e sob a coordenação do nosso amigo e colega de Parlamento, deputado Antônio Ceron, secretário de Agricultura, juntamente com as secretarias da Saúde, da Educação e com a Epagri, foi realizada uma grande discussão de vários pontos estratégicos e importantes à estruturação do MST do estado de Santa Catarina. Foi um debate profundo, importante, interessante, feito pelo movimento junto com as diferentes secretarias do governo do estado.

Só para registrar, as duas mobilizações organizadas pelo movimento reúnem mais de 700 pessoas no estado de Santa Catarina e eu gostaria de citar, de uma forma muito rápida, alguns pontos da pauta de reivindicação que o movimento vem construindo junto com os órgãos do governo do estado e do governo federal. Entre eles, em nível de governo federal está, é claro, o imediato assentamento das mais de 150 mil famílias em todo o nosso país, sempre orientados à luz do grande e importante princípio de que a terra tem que ser um instrumento que proporcione vida a aqueles e aquelas que querem trabalhar. E a distribuição da terra se faz profundamente necessária num país de uma enorme e profunda concentração, porque vivemos num país de sistema capitalista, que exclui e que marginaliza, no qual temos que procurar construir políticas para que haja uma redistribuição da riqueza, para que todos e todas possam viver com dignidade como cidadãos, como seres humanos.

Por isso se faz profundamente necessário e urgente o avanço da reforma agrária em nosso país. Tem-se avançado numa série de pontos e de aspectos, mas temos clareza e conhecimento de que é preciso que se aprofunde a reforma agrária e que se avance cada vez mais. Sabemos que a grande e importante revolução que podemos fazer na sociedade parte necessariamente de uma redistribuição, de uma desconcentração da riqueza, riqueza esta que hoje, infelizmente, está nas mãos de pouca gente! É preciso mudar essa lógica, é preciso fazer uma mudança.

Além disso, claro, entre tantos pontos vem a questão da renegociação das dívidas dos assentamentos, conforme a proposta já apresentada pelo movimento. É preciso devolver-lhes condições, possibilidades de avançar, para poder permanecer na atividade da roça e ao mesmo tempo gerar riqueza e qualidade de vida para o homem e para a mulher que está trabalhando no campo.

Quanto à criação de crédito especial da reforma agrária para as famílias assentadas, é preciso que se tenha uma política diferenciada aos nossos assentados. Portanto, créditos especiais para que possam continuar na sua atividade.

Além disso, nós temos, com relação ao governo do estado de Santa Catarina, que aumentar ainda mais a questão da assistência técnica dentro dos nossos assentamentos. E esta parceria é possível, é viável, com pouco investimento, já que se tem a Epagri que tem todo um conjunto de forças, de quadros qualificados, preparados, para atender esta demanda.

Já se tem uma parceria, mas aumentar ainda mais a questão do calcário é importante. Nós temos várias áreas recentemente assentadas, onde é preciso fazer a correção do solo, da terra, para poder produzir. E nesse sentido é necessário construir essa política, para dar condições melhores, mais dignas aos nossos assentados para poderem produzir.

Então, nesse sentido, fizemos as colocações, na tarde de hoje, dessa grande luta e mobilização do Movimento dos Sem-Terra.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Gostaria de cumprimentar os senhores e as senhoras do MST que estão acompanhando a sessão ordinária da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina. Sejam bem-vindos ao Parlamento catarinense.

(Palmas das galerias)

Inscrito para falar o sr. deputado Dirceu Dresch, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sra. presidente, sras. deputadas, srs. deputados e visitantes, em destaque os nossos bravos companheiros e companheiras de luta ligados ao MST e aos movimentos que estão se organizando e que construíram e estão construindo essa história bonita do Brasil, de luta, de não aceitar as imposições históricas colocadas no país pelo grande latifúndio, com a força política que tem e pela organização também, enfrentando e não desanimando dessa caminhada. Historicamente, com certeza com grandes lutas, com grandes movimentos construídos no Brasil, principalmente destacando a luta pela democracia, a luta pela liberdade dos trabalhadores deste nosso país.

Então, quero destacar e parabenizar vocês por estarem aqui mais uma vez. Muitas vezes este deputado, como dirigente sindical e como liderança de agricultores, ficava muito preocupado quando fazíamos uma mobilização e as negociações não avançavam conforme a necessidade dos nossos agricultores e dos nossos sem-terra.

Então queremos estar junto e falar das conquistas que essas lideranças, que esses trabalhadores já fizeram em nosso país na luta pela terra, na luta pela previdência justa, num conjunto de ações, na luta pelo crédito, nos problemas das dívidas agrícolas, na luta pela educação, pela saúde, pelo SUS. E sempre quando o povo foi para as ruas e quando os trabalhadores se mobilizaram, tiveram suas conquistas.

Isso com certeza demonstra as conquistas dos trabalhadores brasileiros na Constituição de 1988, o direito dos trabalhadores urbanos, a luta pela aposentadoria da mulher agricultora e o salário maternidade, e a organização sempre teve papel importante.

Hoje, sras. deputadas, srs. deputados, nossa presidente, nós temos uma grande mobilização em Florianópolis de várias categorias. Além dos trabalhadores sem terra, dos trabalhadores rurais que estão aqui, nós temos também o funcionalismo público estadual, os professores que estão reivindicando melhoria da qualidade do ensino de Santa Catarina, a melhoria da qualidade da educação, dos salários dos trabalhadores.

Os nossos policiais militares estão mais uma vez nas ruas. Infelizmente não foram atendidas as suas reivindicações, como a lei de aumento salarial dessa categoria tão importante na segurança pública do nosso estado, que passou por esta Casa. E também as demais categorias de trabalhadores estaduais envolvidos nessa luta.

Então, parabenizamos essas categorias, esses trabalhadores que vêm construindo, através de luta, a sua organização. E olhando para a sociedade catarinense, olhando para os trabalhadores, para o conjunto da sociedade, sabemos que ela precisa do serviço público de educação, de segurança pública, de saúde e de tantas outras atividades que o estado precisa oferecer à nossa população. Portanto, é importante para o crescimento do nosso estado, a melhoria das condições dos trabalhadores e da sociedade catarinense.

Ontem, nesta Casa, foi realizada uma audiência pública que propusemos à comissão de Segurança, para discutir o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania, lançado pelo governo federal. É um incremento, deputada Odete de Jesus, de R\$ 6,7 bilhões, além dos recursos já encaminhados pelo Fundo Nacional de Segurança Pública e de outros recursos que o governo federal coloca à disposição, que ampliam os investimentos, numa tentativa de diminuir a violência e a criminalidade em 11 regiões do nosso país. Alguns se destacam, como o estado do Espírito Santo, com 78 homicídios a cada 100 mil habitantes por ano, enquanto temos aqui em Santa Catarina em torno de sete, oito homicídios a cada 100 mil habitantes ao ano.

Quero aqui dizer que o secretário nacional e coordenador do Pronasci, Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania, deixou muito claro nesta Casa, no dia de ontem, na nossa audiência pública, que há muitos comentários, muitas informações de que Santa Catarina está fora da estratégia de investimentos do Pronasci, e isso não é verdade. O Pronasci é um dos maiores programas que pensa a questão da segurança pública, envolvendo um conjunto de programas, envolvendo oito ministérios, discutindo a integração do cidadão, da sociedade, das mães.

O programa tem uma estratégia de investir, de capacitar as nossas mães da paz, que vivem nos bairros e que estão preocupadas com a violência, com o envolvimento dos seus filhos; o programa se preocupa com a educação dentro dos presídios, com a educação a distância, com programas de investimento em capacitação da nossa Polícia Militar, pagando uma bolsa de estudo de R\$ 400,00 por mês para a capacitação dos nossos profissionais.

E coloca uma possibilidade. Já que temos 11 regiões que vão ter um investimento alto, grandioso, de recursos para diminuir a criminalidade, certamente vamos ter recursos além do normal para os estados que não estão envolvidos nessas 11 regiões prioritárias. E dentro dessas regiões está Santa Catarina.

Então, quero deixar isso muito claro, inclusive que foi muito bem apresentado pelo coordenador nacional do Programa de Segurança Pública. E parabenizo o governo Lula por essa iniciativa. Talvez seja a primeira vez que o Brasil tem um grande Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania, envolvendo a sociedade, sim, porque não é só papel do estado e da polícia cuidar da violência. Temos que pensar uma estratégia de desenvolvimento, uma estratégia de segurança pública, mas também com o envolvimento de recursos públicos para a sociedade poder participar e assim construirmos outra perspectiva e, inclusive, outra concepção de segurança pública em nosso país.

Assim, nessa audiência pública encaminhamos que a nossa comissão vai intermediar um grande debate. Para tanto, marcaremos uma audiência com o ministro da Justiça, Tarso Genro, para justamente discutirmos os grandes projetos para Santa Catarina, que abrem possibilidade de estarmos com recursos garantidos, mas também, principalmente, pensando uma estratégia política para que Santa Catarina esteja fortemente envolvida no Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania.

Um dos dados que nos assusta é a violência no trânsito de Santa Catarina - estamos em segundo lugar, deputado Moacir Sopelsa, em mortes no trânsito. E o Pronasci - Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - tem recursos à disposição. Então, com certeza, o nosso estado precisa discutir, sim, um programa arrojado para as nossas rodovias. Precisamos buscar também recursos federais, sem esquecer o investimento do nosso estado em segurança pública e, principalmente, respeitar os nossos funcionários públicos, os trabalhadores que mexem nessa área de segurança pública.

Então, para finalizar, quero tranquilizar os catarinenses. Temos, quem sabe, um grande benefício, porque hoje o nosso é um dos estados com o menor índice de criminalidade. Isso se deve aos trabalhadores; isso se deve à construção histórica de Santa Catarina; isso se deve também ao investimento público. Mas podemos buscar mais: uma estratégia de cada vez melhor a situação de violência do nosso estado. E por isso a nossa comissão vai discutir, sim, com o ministério e com o governo do estado para que a situação de Santa Catarina melhore ainda mais em termos de segurança pública.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, sr. deputado.

Consulta o deputado Herneus de Nadal, como o próximo orador inscrito, se quer fazer uso da palavra por quatro minutos ou deixar para usá-la em Explicação Pessoal.

(O deputado Herneus de Nadal concorda em falar posteriormente.)

Srs. deputados e sras. deputadas, conforme acordo de lideranças, nós comunicamos que há uma solicitação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, encaminhada pelo deputado padre Pedro Baldissera, com a assinatura de diversos líderes, para suspendermos esta sessão, conforme o Regimento Interno, pelo tempo de dez minutos, para ouvirmos, com muita satisfação, o ex-deputado estadual Wilson Santin.

Está suspensa a presente sessão.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) (Faz soar a campainha) - Está reaberta a sessão.

Sr. ex-deputado Wilson Santin, é sempre um prazer ouvi-lo sobre a sua resistência na luta do Movimento dos Sem Terra. Este espaço vai sempre estar aberto para as senhoras e os senhores. Muito obrigada e podem contar com o apoio da bancada do Partido dos Trabalhadores!

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTONIO AGUIAR - Nós gostaríamos de registrar a presença do ilustre vereador Dimas de Freitas, da cidade de São Bento do Sul, que nos honra com a sua visita. Saiba que a Assembleia Legislativa acolhe o ilustre vereador e deseja-lhe uma feliz estada em Florianópolis.

Parabéns, vereador Dimas de Freitas!

O Sr. Deputado Manoel Mota - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Quero cumprimentar o ex-deputado Wilson Santin, um amigo desta Casa, que prestou e ainda presta relevantes serviços.

Hoje temos aqui a juventude, trabalhadores, pessoas que querem uma oportunidade de trabalho. O país precisa de quem trabalha. Eu acho que o movimento é justo. Eles têm que buscar um espaço para fazer com que a terra produza e assim tenhamos um país de primeiro mundo.

Por isso, contem com a minha solidariedade e com o meu apoio, porque o seu movimento é fundamental.

Muito obrigado!

(Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Obrigada, deputado Manoel Mota.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, terça-feira, os primeiros minutos são destinados ao PMDB.

Inscrito o deputado Moacir Sopelsa, a quem concedemos a palavra por até 16 minutos.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Sra. presidente e srs. deputados, eu vou dividir o tempo com o deputado Antônio Aguiar.

Mas, primeiramente, quero cumprimentar todos e, especialmente, os agricultores do Movimento Sem Terra que estão aqui, na pessoa do nosso ex-deputado Wilson Santin.

Eu iria abordar outro assunto no meu pronunciamento, mas, em função de vocês estarem aqui, vou iniciar a minha fala continuando um dos pronunciamentos que fiz esses dias, nesta Casa.

Deputada Ana Paula Lima, por acaso, v.exa. estava presidindo a sessão naquele dia em que vários parlamentares, aqui desta tribuna, diziam que precisávamos investir mais em segurança - e hoje ouvi o deputado Dirceu Dresch, que participou da audiência pública, ontem, dizer que temos que ter investimentos para a segurança.

Naquele dia foi pedida a contratação de mais policiais: muitas vezes aqui, desta tribuna, pedimos a construção de mais cadeias. Eu dizia nesse dia que, enquanto não respeitarmos aqueles que produzem alimentos, não adianta continuarmos construindo cadeias ou contratando policiais. E que tinha sido iniciado um movimento para derrubar o preço do leite, deputados José Natal e Pedro Baldissera, dizendo que estaríamos entrando numa superoferta, numa superprodução de leite para poder baixar o preço do leite.

Nos últimos dez anos, lembro-me de uma das poucas vezes em que o nosso produtor conseguiu ganhar alguma coisa na produção de leite durante alguns meses.

Deputado Manoel Mota, a minha preocupação daquele dia vem-se confirmando. Os jornais de hoje dizem que o preço do leite desabou com o início da safra. E aqui diz que, como estamos saindo do inverno, vamos começar uma superprodução de leite. Conforme diz a matéria, o leite, que estava sendo vendido a R\$ 2,00, a R\$ 1,90, agora está sendo comercializado a R\$ 1,30. Eu sabia que isso ia acontecer. Quando se aumentou o leite para o consumidor de R\$ 1,30, R\$ 1,40 para R\$ 2,00 o litro, esse preço não foi repassado para o produtor. Mas agora que chegou a R\$ 2,00 e vai voltar para R\$ 1,30, vão tentar descontar do produtor.

Então, enquanto as políticas não dão a segurança do preço para o nosso produtor, precisamos dar a oportunidade da terra para o nosso trabalhador. Deputado Dirceu Dresch - e sei que v.exa. defende essa tese também -, precisamos dar-lhe também a ferramenta. Para que ele permaneça no campo, deputado Antônio Aguiar, precisamos dar a condição de que o produto que ele produz gere lucro na sua propriedade.

Então, quero, em primeiro lugar, cumprimentá-los pela forma como estão aqui, pelo comportamento, pela dignidade e humildade de todos. Mas, ao mesmo tempo, lamento porque precisaríamos ter os nossos direitos assegurados, sem precisar ir buscá-los através de movimentos, preocupando-nos, sacrificando-nos e colocando, como foi dito aqui pelo ex-deputado, as mães com os seus filhos, às vezes, em condições de dificuldade, sem o conforto que merecem.

Tenho certeza de que nesta Casa os 40 parlamentares sabem a importância que vocês têm; nós sabemos a importância que tem a agricultura.

Eu também quero, deputado Antônio Aguiar, mais uma vez, agradecer aos 21 parlamentares que fazem parte da Frente Parlamentar Cooperativista e que nos emprestaram o seu apoio. Eu tenho certeza também de que se fôssemos buscar, conseguiríamos a assinatura dos 40 deputados em favor, deputada Odete de Jesus, da instalação de mais um frigorífico de aves, segundo as intenções e os interesses das cooperativas no planalto norte, dando apoio, deputado Antônio Aguiar, àquilo que o governo do estado assume de incentivos para que essa indústria fique em Santa Catarina, um investimento de mais de R\$ 300 milhões.

Neste momento, deve estar sendo decidido isso junto à Cooperativa Central Aurora, em Chapecó. Nós sabemos que temos a concorrência do Paraná, do Rio Grande do Sul e do Mato Grosso, mas eu tenho certeza de que Santa Catarina, um estado que, por excelência, tem esse profissionalismo na atividade agrícola, será compreendido pela direção da Cooperativa Aurora, e esse estabelecimento vai sair, sim, em nosso território, mais especificamente no planalto norte, como uma região que pode ainda ser muito explorada na questão da agricultura.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Pois não!

O SR. Deputado Dirceu Dresch - Quero parabenizá-lo por trazer esse tema tão importante para o nosso estado, que é a questão da cooperativa e da indústria. Temos necessidade no Brasil de construir algumas regras e sou favorável que elaborem algumas leis que, no mínimo, determinem algum investimento em programas do governo estadual ou federal, ou seja, que construamos algumas regras sociais. Não é possível que as políticas públicas financiem esses grupos econômicos e depois não cumpram com o seu papel, sempre repassando os prejuízos para o agricultor. O consumidor paga a conta alta e o agricultor leva o prejuízo. Então, há necessidade, neste país, de construirmos políticas, regras muito claras para que não ocorram cada vez mais esses altos e baixos, que deixam o agricultor numa situação gravíssima.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Agradeço o seu aparte.

Quero registrar a presença e cumprimentar mais uma vez os acadêmicos de contabilidade da nossa universidade de Concórdia, que nos prestigiam com suas presenças e dizer que são todos bem-vindos a esta Casa. E tenho certeza de que serão as pessoas que irão nos ajudar a conduzir as políticas de desenvolvimento para o nosso estado.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Quero registrar a presença dos 42 alunos da Escola Básica Gustavo Richard, de Blumenau, e da diretora Leticia Duarte. Sejam muito bem-vindos.

O restante do horário destinado ao PMDB será ocupado pelo deputado Antônio Aguiar, a quem concedemos a palavra.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sra. presidente, srs. deputados, membros do Movimento dos Sem-Terra, catarinenses que nos ouvem, hoje é um dia muito importante para o estado de Santa Catarina, pois será decidido um investimento da ordem de R\$ 300 milhões, que será feito pela Cooperativa Aurora ou no Rio Grande do Sul ou em Santa Catarina.

Nós esperamos que a Aurora, que significa a hora mais gostosa do dia, tenha a sensibilidade, neste momento importante de decisão, e lembre que os catarinenses necessitam de empregos e desses investimentos. Para isso, realmente pedimos para que as cooperativas afiliadas Aurora dêem o seu voto para a instalação no estado de Santa Catarina.

Quinta-feira, quando o governador do estado esteve presente no fórum sobre as ferrovias do nosso estado, fez um pronunciamento importante para a revitalização da grande ferrovia, que significa a história do Contestado e dos nossos antepassados. Enfim, é uma ferrovia que significa a volta do desenvolvimento e do crescimento no estado de Santa Catarina.

Srs. deputados, quero me reportar ao gesto do governador de viajar à noite, com chuva e em seu próprio carro, para estar às 7h30min no hotel Bertaso em Chapecó, no encontro com o presidente da Aurora. Qualificamos como um gesto de sacrifício do governador em prol de Santa Catarina e que ficou, sim, marcado na história do planalto norte e dos catarinenses. É um governador que se dedica ao seu povo, e demonstrou isso fazendo uma viagem noturna, com seu próprio carro, numa noite chuvosa, para cumprir sua responsabilidade, proporcionando a instalação da Aurora no planalto norte do estado de Santa Catarina.

Catarinenses, são R\$ 300 milhões de investimentos e significam aproximadamente três mil empregos, dignidade ao nosso trabalhador, comida na casa dos catarinenses e desenvolvimento na nossa região. Temos certeza de que com o investimento da Aurora serão criados mais de mil aviários, o que significa mil pequenos microempresários, mil famílias que vão gerir o seu próprio negócio, resultando em crescimento e em desenvolvimento para a nossa região. E com este investimento da Aurora na nossa região, com uma incubadora com trezentos mil nascimentos diários e com trezentas mil aves sendo abatidas diariamente, haverá um grande crescimento que, juntamente com a armazenagem dos alimentos, da produção de grãos, da produção de eucaliptos para tocarmos as caldeiras, também trará um grande desenvolvimento para a nossa região.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Pois não!

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Sr. deputado, às vezes debatemos e falamos sobre o governador do estado. Quem conhece Luiz Henrique da Silveira sabe que o depoimento que v.exa. está trazendo no dia de hoje é normal. Até para incrementar e colaborar com o pronunciamento de v.exa., o governador cumpriu um roteiro de sete horas de viagem, pois saiu à meia noite, de carro, de Rio do Sul, para estar às 7h em Chapecó, para possibilitar mais investimentos de uma empresa em Santa Catarina.

Nós, que conhecemos bem Luiz Henrique, como v.exa. também conhece, sabemos que as pessoas quando falam mal dele é porque não o conhecem, pois ele se dedica praticamente 24 horas por dia para o engrandecimento e o desenvolvimento do norte de Santa Catarina.

Deixo este registro para colaborar com seu belo discurso, nobre deputado.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Quero agradecer ao deputado Moacir Sopesa que realmente teve o gesto de fazer com que a frente parlamentar, que apóia o cooperativismo, fizesse um manifesto de apoio à instalação da Aurora em solo catarinense. Agradeço ao governador Luiz Henrique da Silveira por cumprir todos os itens exigidos pela Aurora para sua instalação no município de Canoinhas, no planalto norte. Da mesma forma agradeço ao prefeito Leoberto Weinert, por também ter feito sua parte e cumprido com os itens exigidos.

Ficamos na expectativa, sim, de que a Aurora tome a inteligente decisão, abençoada por Deus, que é a de vir para Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, sr. deputado.

Conforme acordo, houve uma inversão no horário dos Partidos Políticos e quem fará uso da palavra agora é o Democratas.

Com a palavra o deputado Gelson Merísio por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO GELSON MERÍSIO - Excelentíssima deputada Ana Paula Lima, presidente dos trabalhos desta tarde, srs. deputados que compõem a mesa, deputados presentes, recentemente ocupou esta tribuna o deputado Marcos Vieira, retratando como está vendo a situação da BR-282, em virtude de ter feito um roteiro lá pela nossa região e ter constatado a precariedade da rodovia.

Deputado Herneus de Nadal, volto a esta tribuna para dizer que nós, diferente do deputado Marcos Vieira e de outros deputados de outras regiões que por lá vão periodicamente, ou somente em algumas oportunidades, todas as semanas ou quase todos os dias, estamos trafegando nessas rodovias. E quando vemos as notícias divulgadas pela imprensa, no sentido de que teremos PAC para obras de infra-estrutura, para as obras de ação social e para a saúde, não vemos nenhuma dessas divulgações a respeito da nossa BR-282, para uma recuperação efetiva e definitiva, que não é o que está acontecendo agora, deputado Herneus de Nadal, v.exa. conhece muito bem, pois está-se fazendo um remendo muito mal feito; não se ouve falar sequer sobre um projeto de duplicação do trecho mais movimentado que é entre Xanxerê e Pinhalzinho, passando por Chapecó. Hoje é a terceira rodovia de maior movimento no estado. Por isso venho a esta tribuna para trazer novamente o assunto à baila.

O Sr. Deputado Herneus de Nadal - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GELSON MERÍSIO - Ouço o deputado Herneus de Nadal que, assim como eu, talvez seja um dos que mais usa a BR-282, junto com os deputados Moacir Sopelsa, Dirceu Dresch e todos os deputados daquela região, que trafegam quase que diariamente por ela.

O Sr. Deputado Herneus de Nadal - Sr. deputado Gelson Merísio, além da movimentação de veículos que transportam riquezas de forma significativa da nossa região até os portos para exportação dos nossos produtos, nós temos a locomoção de pessoas, que são colocadas em risco iminente de acidentes, de lesões corporais, ou até de serem levadas a óbito a todo instante pela precariedade da rodovia. Mesmo com a operação tapa-buraco não se oferece segurança e garantia de tráfego às pessoas que utilizam aquela via, inclusive, fazendo a ligação até o trevo, entroncamento da rodovia que nos conduz ao porto de Itajaí. Por isso comungo com v.exa.!

Precisamos somar esforços, juntar toda a representação catarinense para que possamos destinar à BR-282, além dos trabalhos de conclusão, a atenção para as melhorias necessárias que atendam a demanda da nossa região, que é extremamente crescente. Nós estamos num momento de aquecimento da nossa economia, por isso precisamos de meios para nos locomover e nos comunicar.

O SR. DEPUTADO GELSON MERÍSIO - Agradeço o aparte de v.exa., nobre deputado.

Hoje ao meio-dia, deputado Moacir Sopelsa, recebi uma ligação do secretário Antônio Ceron. Com certeza ele deve falar a v.exa. também - e se não fez vai fazê-lo - sobre o comunicado que recebeu do ministério da Agricultura informando que Cingapura, que é o maior país redistribuidor das exportações para os países asiáticos, abriu as importações de carnes suínas do Brasil. Isso é motivo de comemoração para os nossos produtores e para o nosso país, porque abrirá, com certeza, uma gama muito forte de possibilidades para o

reaquecimento da atividade da suinocultura. Mas junto com isso vem a preocupação do deputado Herneus de Nadal, com relação a toda essa produção que será ampliada, melhorada, que virá pela BR-282 até os portos do litoral do estado para seguirem viagem aos países asiáticos e europeus. Quanto mais se trabalha para o crescimento da produção da região oeste, mais se estrangula essa rodovia que é o pulmão, não apenas da região oeste, mas de Santa Catarina.

Srs. deputados, temos que começar a trabalhar agora, pois, com certeza, não será este governo federal que dará início à obra ou ela será concluída, é evidente. Agora precisamos, pelo menos, que o projeto de duplicação esteja sendo debatido. Se esse assunto for deixado para o dia seguinte, não for tratado com seriedade e com eficiência neste momento, vamos passar por uma situação, praticamente, de impossibilidade de expansão econômica, além de perdemos vidas semanalmente como está acontecendo agora.

É evidente que o estado - quando falo estado refiro-me ao governo federal e ao governo estadual - tem deficiência financeira. Mas precisamos efetivamente começar a discutir a duplicação da BR-282 como algo fundamental para o desenvolvimento, não apenas do oeste de Santa Catarina, mas de todo o estado e das exportações do nosso país, porque lá estão concentrados 70% da produção nacional da agroindústria. A nossa região possui grande quantidade de produto agroindustrial e está sendo impedida de crescer pela incapacidade de infraestrutura, disponibilizada pelo nosso estado e pelo nosso poder público.

Por isso, quero associar-me a todos os demais deputados. Essa não é uma questão partidária, pelo contrário; não é uma questão de governo e de Oposição porque é uma obra que transcende a vários governos. E precisamos efetivamente começar a falar e fazer com que pelo menos o projeto seja viabilizado. Não precisa ser para agora e nem para o mês que vem, mas tem que haver o debate, a preocupação e a motivação popular para que, assim como foi com a BR-101, possamos criar ambiente para que tenhamos a obra edificada na próxima década. Mas o movimento tem que iniciar agora.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Gostaria de parabenizar o prefeito de São Bento do Sul, juntamente com o ex-secretário Regional Lourenço Schreiner, que ontem receberam o grande prêmio do meio ambiente Fritz Müller. Esse prêmio fez com que São Bento do Sul fosse, como município, também homenageado na área do meio ambiente.

Parabéns, São Bento do Sul!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra a deputada Ana Paula Lima, por até nove minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Srs. deputados, espero que consiga realizar esta fala em nove minutos, senão retornarei ao tema nos próximos dias. O livro é grande, srs. deputados! Estou falando sobre o dossiê do Banco do Estado de Santa Catarina. Deputado Professor Grando, uma história de resistência! É muito antiga a resistência do Banco do Estado de Santa Catarina que já foi e é o orgulho de todo povo catarinense.

Mas não poderia ficar calada, srs. deputados, com a manifestação de um deputado, na semana passada, dizendo o que o governo do estado fez para resgatar o Besc e para que o banco continuasse sendo público, que pudesse ser novamente dos catarinenses.

Falo desse dossiê com muita propriedade porque acompanhei de muito perto o sindicato dos bancários, os funcionários do Besc, quando se tratava dessa história de resistência.

O Besc completou 45 anos de idade. Foi fundado em 1962. E no ano de 1987, deputado Dirceu Dresch, o Besc sofreu a primeira intervenção do Banco Central. Logo após esse período, o banco esteve envolvido em esquemas não muito claros, como a emissão irregular de Letras do Tesouro pelo governo do estado, demonstrando que, mais que um problema de controle acionário, o banco sofria problemas de gestão. O governo do estado, à época na mão do PMDB, já assinalava com a possibilidade de privatização como caminho para fazer caixa.

Então, srs. deputados, vou retroceder na história, novamente, e dizer que no ano de 2002, sempre falo isso, aqui, na Praça da Alfândega, na capital do estado de Santa Catarina, em Florianópolis, o governador, na época candidato ao governo, Luiz Henrique da Silveira, juntamente com o candidato à Presidência da República, Luiz Inácio Lula da Silva, prometeu para milhares de pessoas que o banco iria continuar público e dos catarinenses.

E depois desses anos todos...

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Pois não!

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Obrigada, deputada! Com certeza quero parabenizar v.exa. por esse tema.

Na semana passada, tivemos grandes debates na imprensa também sobre isso, e de fato estranhei-me muito essa posição. Dois momentos me preocuparam nessa questão, deputada: primeiro, quando o estado tira o Besc enquanto banco oficial de Santa Catarina e, segundo, quando foi encaminhado o leilão das contas do estado. Isso demonstra que houve uma falta de compromisso do estado com o Besc.

Então, de fato precisamos agradecer ao nosso presidente do Supremo, que segurou o leilão - que hoje ainda está em andamento no Supremo -, para justamente isso não acontecer, porque geraria um prejuízo incalculável ao nosso Banco do Estado de Santa Catarina. E mais uma vez gostaria de parabenizar v.exa., deputada Ana Paula Lima, pela brilhante apresentação e pelo tema que traz para esta tribuna.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - E o que me causa estranheza, deputado Dirceu Dresch, é que na época aquela promessa que garantia que o Besc continuaria sendo dos catarinenses e um banco público, aquele discurso do ano de 2002, deu a eleição para Luiz Henrique da Silveira ser o governador do estado de Santa Catarina.

Passaram-se cinco anos e com a grata satisfação destaco o cumprimento da palavra, não do governador Luiz Henrique da Silveira, mas do presidente Lula, que cumpriu a palavra dizendo que o Besc continuará sendo do estado de Santa Catarina e dos catarinenses.

(Passa a ler.)

"O Besc era um banco que havia caído no descrédito, até mesmo dos seus funcionários. Quantos funcionários aderiram ao PDI, Plano de Demissão Incentivada?

O estado caminhava a passos largos para perder um marco da sua história. Mas com a determinação do presidente Lula nós, catarinenses, vimos renascer essa instituição forte e de robustez financeira. Ou seja, no período de 2003 a 2007, o Besc recuperou a sua credibilidade, a sua confiança e o seu lucro. O lucro líquido, no ano passado, foi de 71 milhões e este ano deverá passar da ordem de 80 milhões.

Desde aquele dia em que o presidente Lula, na Praça da Alfândega, comprometeu-se com os catarinenses, dizendo que o Besc era de Santa Catarina, cumpriu a missão de levar as suas agências e seus postos de atendimento a 293 municípios do estado de Santa Catarina. É o único banco, srs. deputados, presente em todos os municípios. Dessa forma, srs. deputados, em 137 municípios de Santa Catarina o atendimento bancário é realizado somente pelo Besc.

A marca do Besc foi recuperada e voltou com força total, marcando o espaço perdido no mercado financeiro. E tal qual prometeu aos catarinenses, o presidente Lula salvou o Besc da privatização que já era dada como certa. Inclusive, o governador Paulo Afonso Vieira, anos atrás, também queria privatizar o Besc, mas quem garantiu que o Besc continuasse sendo público foi o presidente Lula. Hoje, o Besc recuperou o valor depois de algumas ações do governo Lula em prol do banco dos catarinenses.

A minha pergunta de indignação, srs. deputados, é: o que fez o governador Luiz Henrique da Silveira para honrar o compromisso feito no ano de 2002, aqui, na Praça da Alfândega? O governador deu as costas às promessas feitas. Não fez nenhum ato no sentido de reestudiar o Besc. Pelo contrário, se dependesse do governador, o Besc já estaria quebrado."

Todos os srs. deputados lembram que no ano passado, no final do mês de dezembro, esta Casa votou uma medida provisória, de origem do governo do estado, revogando aqui a lei do governador, à época, Vilson Kleinübing, que regulamentava o art. 116 da Constituição do estado, disciplinava o depósito e a aplicação das disponibilidades financeiras dos órgãos e entidades da administração pública e dava outras providências. E o que mais fez o governador Luiz Henrique da Silveira? Leilou as contas salário dos servidores, as quais eram do Besc. Quem ganhou? O Bradesco. Mas graças a uma ação impetrada no Supremo Tribunal Federal, a ministra Helen Greice deu ganho de causa para o Banco do Estado de Santa Catarina. E se hoje o Besc é dos catarinenses, temos que agradecer ao presidente Lula, porque o governador apenas quis dinheiro no seu caixa.

Por esse motivo, deputado Manoel Mota, eu não poderia deixar de vir a esta tribuna resgatar a verdade: quem salvou o Besc foi o presidente Lula.

Muito obrigada!
(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos serão destinados ao PTB, por até cinco minutos.

Na ausência do representante do PTB, o próximo horário pertence ao PDT.

Com a palavra o sr. deputado Dagomar Carneiro, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO - Sr. presidente e srs. deputados...

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO - Pois não!

O Sr. Deputado Manoel Mota - Só quero dizer à eminente deputada Ana Paula Lima que ela precisa fazer uma correção. Em primeiro lugar, quem entregou o banco sob intervenção foi o sr. Esperidião Amin, e o Pedro Ivo salvou o banco. Depois, tivemos a era do Paulo Afonso, mas nunca foi falado em privatização.

No mandato seguinte do ex-governador Esperidião Amin é que foi federalizado o banco, buscou-se aquele monte de dinheiro. E o governador Luiz Henrique da Silveira tentou de todas as formas manter o Besc vivo.

Precisamos fazer algumas correções, porque não temos memória curta. O presidente Lula ajudou, mas não manteve o banco, que era um compromisso. Fez esse ajuste, mas na verdade está vindo o Banco do Brasil e não foi mantido o banco Besc. E esse era o compromisso com o Besc e com os trabalhadores!

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, quero pedir ao presidente mais uns minutos, porque o PDT já tem o tempo muito reduzido, tem apenas cinco minutos. E cedi meu tempo ao nosso deputado Manoel Mota para fazer a sua justificativa em relação ao pronunciamento da nobre deputada Ana Paula Lima.

Gostaria de, inicialmente, sr. presidente, saudar o ex-prefeito de Brusque, Danilo Moritz, que está fazendo uma visita à Assembléia Legislativa, bem como o empresário Merentino, o Alan, que nos dão a honra de estar nesta tarde, aqui, na Assembléia Legislativa.

Sr. presidente, venho à tribuna, juntamente com a nossa bancada da saúde, deputado Antônio Aguiar, registrar o pequeno alívio que tivemos ontem, no final da noite, com a visita do ministro José Gomes Temporão no nordeste brasileiro, onde está instalado o caos na Saúde. E se não houver ações mais enérgicas, deputado Antônio Aguiar, com certeza, essa crise, essa calamidade que está no nordeste, vai chegar ao nosso estado e ao sul do Brasil. Inclusive, os nossos hospitais já estão sofrendo.

Deputado Antônio Aguiar, v.exa. propôs uma audiência pública pedindo o aumento da tabela SUS. Até elaboramos um manifesto pedindo 40% de aumento. E na noite de ontem o ministro Temporão anunciou um aumento de mais ou menos 30% para alguns procedimentos médicos da tabela SUS. Aumento este que sem dúvida é muito pequeno, irrisório, em relação à defasagem dos valores que a tabela do SUS apresenta hoje para todos os procedimentos. Hoje temos uma defasagem de mais de 120%, ou seja, estamos com mais de 13 anos sem reajuste dessa tabela.

Srs. deputados, uma consulta médica, com todo esse aumento de 30%, passa dos miseráveis R\$ 7,55 para R\$ 10,00; um parto normal passa de R\$ 317,00 para R\$ 400,00, com toda a despesa de equipe médica, de enfermagem e de gastos com o hospital. Mas já é o primeiro passo. E queremos neste momento parabenizar o presidente Lula, o ministro Temporão, porque esse é o início de uma grande batalha que toda a área da Saúde vem fazendo, porque se não tiver uma ação imediata, corremos o risco de todos os nossos hospitais públicos conveniados com o SUS fecharem suas portas.

Existe também a proposta de um PAC para a Saúde. Já existe o PAC da Segurança, o PAC da Infra-Estrutura, o PAC do Saneamento. Mas, com certeza, o PAC mais importante é o que está sendo estudado e que deve ser apresentado nas próximas semanas, qual seja, o PAC da Saúde, que a classe hospitalar, a classe médica, a classe da Saúde e o povo brasileiro vêm clamando pelo aumento, pela correção ao menos dos valores perdidos ao longo desses anos.

Então sr. presidente, o meu tempo ficou muito curto, em torno de quatro minutos, mas gostaria de neste momento fazer um registro da grande importância do início da correção da tabela do SUS.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado José Natal - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado José Natal.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Só quero fazer um esclarecimento. O ministro Temporão deu o seguinte recado: ele fará a correção da tabela do SUS, se for aprovada a CPMF. Só se for aprovada, essa foi a condição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Na seqüência, ainda dentro dos horários destinados aos Partidos Políticos, o próximo horário pertence ao Partido Progressista.

Com a palavra o deputado Kennedy Nunes, que representa a região de Joinville, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Obrigado, sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada, funcionários desta Casa, colegas de imprensa, aqueles que nos assistem pela TVAL e que nos acompanham pela Rádio AleSC Digital, catarinenses que nos acompanham, como é importante a Oposição num Parlamento.

participando do programa de televisão *Fala Jovem*, feito pela Escola do Legislativo, eu e os deputados Sargento Amauri Soares e Herneus de Nadal discutimos o papel fiscalizador do Poder Legislativo. Naquele momento eu dizia que infelizmente, deputado Romildo Titon, muitas vezes o papel fiscalizador fica só para a Oposição, porque parece que quem está na Situação não teria tanta responsabilidade para fiscalizar os recursos, mas que é uma prerrogativa nossa, deputado José Natal, do Legislativo fiscalizar as ações do Executivo.

Quando assumimos a liderança do Partido Progressista nesta Casa, representando os deputados Reno Caramori, Silvio Dreveck, Jandir Bellini, Joares Ponticelli e Valmir Comin, colocamos que teríamos uma filosofia de Oposição como sentinelas, porque a sentinela é exatamente aquela pessoa responsável para alertar dos riscos que o seu povo está correndo, a sentinela não tem a obrigação, deputado Reno Caramori, de enfrentar o adversário. Ela alerta, faz o alarde. E mediante o alarde a sentinela consegue chamar a atenção para que as forças armadas saiam em defesa do seu povo.

Faço isso, deputado Elizeu Mattos, porque muitas vezes ocupo esta tribuna, como estou fazendo agora, como sentinela, chamando a atenção não só dos deputados da Oposição e dos deputados da Situação, mas principalmente chamando a atenção dos catarinenses que nos acompanham agora, das entidades representativas, das prefeituras e também de todos os catarinenses.

Dias atrás, eu e o deputado Joares Ponticelli ocupávamos esta tribuna, antes do recesso de julho, para alardear e chamar a atenção dos catarinenses para um projeto de lei que o governo do estado encaminhou a esta Casa, com uma emenda engraçadinha, que na verdade está colocando aumentos de até 900% em cima das taxas cobradas pela secretaria da Segurança Pública. E foi o alerta das sentinelas nesta Casa que fez com que até deputados da Situação se voltassem contra este projeto e que obrigou o governo do estado a voltar atrás e encaminhar a esta Casa um novo projeto com outros índices, pelo menos aceitáveis, segundo o IGPM, por exemplo.

Chamo a atenção dos nobres deputados não só da Oposição, porque este é um assunto que estamos tratando com muita delicadeza e seriedade na nossa bancada; chamo a atenção do líder da bancada dos Democratas, porque o partido tem-se colocado nacionalmente como um partido contra aumentos de taxas, e eu sei que os Democratas também farão o mesmo que fizeram nas taxas da Segurança Pública, quando o governo queria aumentar em até 90% as taxas. Chamo a atenção dos nobres pares, dos catarinenses, da Fiesc, da Fecam, dos CDLs e de todas as organizações representativas do estado ao projeto de lei que está na comissão de Constituição e Justiça, que institui aumentos nas taxas de prestação de serviços ambientais.

Deputado Moacir Solpesa, o governo do estado encaminhou para cá aumentos em taxas dos serviços ambientais. Agora, se o aumento que o governo queria das taxas da Segurança Pública já era um absurdo - aumento em até 900% -, o que v.exas. da base do governo poderão dizer para a sociedade catarinense quando está aqui na Casa uma planilha de aumento que chega a 1.119% em um item e a 1.823,9% de aumento?

Vou repetir: quase 1.900% numa taxa. Aonde o governo quer chegar? Onde está o documento assinado na Fiesc pelo então candidato Luiz Henrique da Silveira, dizendo que não aumentaria as taxas? Onde estamos? Será que a bancada governista vai aprovar um projeto como esse de aumentar até 1.900% taxas para, por exemplo, saber o PH de uma água? E nós vamos ficar calados aqui? Vamos aceitar isso como se fosse uma coisa normal aumentar taxas em quase 1.900%?

E por isso que nós, da bancada do PP, pedimos vistas ao projeto e vamos alertar toda Santa Catarina. Espero a adesão do Democratas, do PT e dos próprios governistas, como por exemplo o PMDB, PDT e PTB, porque não é possível conseguirmos engolir um aumento de 1.900% para saber o PH de uma água? Onde vamos chegar? Nós vamos alertar e estamos fazendo sério! Entendemos que o governo vai voltar atrás, como fez com as taxas da Segurança Pública.

Então digo mais uma vez, as sentinelas do povo catarinense estão alertando a sociedade que vem mais um tarifaço, o terceiro tarifaço, só que pior, deputado Reno Caramori, porque o segundo tarifaço era de 900% de aumento e esse, o terceiro, é de 1.900%.

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Pois não!

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Nobre deputado Kennedy Nunes, v.exa. está levantando um problema com o qual concordamos em gênero, número e grau.

A bancada do PMDB, v.exa. pode ter absoluta certeza, tem um compromisso e nós vamos respeitar o compromisso que o governador tem conosco. Esse projeto vem regulamentar as taxas que já são cobradas há mais de 15 anos, com o compromisso de não aumentar um centavo daquilo que está sendo cobrado.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Então não é esse projeto.

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Deputado Kennedy Nunes, v.exa. pode ter certeza de que não vamos aprovar nenhum aumento...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Reno Caramori - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Reno Caramori.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente, preciso que me retire às 16h30min para participar de uma audiência pública em Passos Maia, para a criação de uma PCH naquela região. Temos lutado muito por essa PCH naquela região, que é mais uma das soluções para a energia em Santa Catarina. As empresas nos convidaram para que representássemos, lá, o Parlamento.

Mas nesta mesma linha, quero aqui externar o convite que me foi formulado no dia de ontem pelo José Samuel Thiesen, presidente da Cooperativa de Eletrificação Rural Maue. Eles, lá no pequeno município de Flor do Sertão construíram uma PCH de 16,5 *megawatts*, através de um consórcio de cooperativa. Vejam quanto é importante! Nós acompanhamos todo o processo desde o início e hoje é uma realidade. Será inaugurada, no dia 19 de outubro, mais esta beleza de ordem cooperativista.

Participam desta Maue, dessa empresa de edificação, a Auriverde, a Copéria, a Itaipu, a Cooper A1, a Coopercampos, a Aurora, a Alfa e a Ceraçá, são oito cooperativas que se uniram para a criação de uma PCH. Deputado Professor Grandó, v.exa. deve ter acompanhado, quando presidente da Fatma, é uma beleza.

Não houve praticamente nada de indenizações, e as indenizações feitas foram todas amigáveis, a exemplo de tantas PCHs que poderão ocorrer em Santa Catarina.

E essa audiência de hoje, foi convocada pela empresa Adami S.A., porque a PCH vai praticamente alagar somente a área da própria empresa. Por isso é importante a nossa presença representando este Parlamento. Eu agradeço o aparte.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Muito obrigado, deputado. Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o deputado Serafim Venzon, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - O PSDB, sras. deputadas e srs. deputados, está chegando agora próximo dos 100 mil filiados. Esse crescimento do partido, naturalmente deve-se a vários fatores. Um deles, um importantíssimo fator, é o trabalho do atual presidente, Dalirio Beber. Não sei de onde ele busca tanto fôlego e tanto entusiasmo para caminhar por todo o estado de Santa Catarina, visitando os diretórios dos 293 municípios, ajudando, interferindo, enfim, participando do diretório de cada município, para dar condição de se estruturarem e assim, no ano que vem, como partido dos senhores e das senhoras, possam também participar das eleições municipais com prefeitos e vereadores.

E esse trabalho do presidente, escoltado, acompanhado por todo o executivo do partido, naturalmente tem a companhia e a bengala do nosso vice-governador, o senador Leonel Pavan, que também tem marcado presença em praticamente todos os municípios onde é convidado, em todas as regionais, para levar àquele diretório o entusiasmo que é comum do vice-governador, que tem ajudado muito no crescimento e no fortalecimento do PSDB em Santa Catarina.

No domingo passado nós ainda estávamos em Piçarras, no norte do estado, acompanhando e testemunhando, juntamente com o senador Leonel Pavan, com o deputado federal Gervásio Silva, com o diretório municipal da Penha, e com uma porção de amigos, a filiação do prefeito Leonel Martins que vem ao PSDB. Seguramente ele, com a escolta do PSDB estadual, tem ali encaminhada uma grande possibilidade de reeleição para o próximo ano.

Mas eu queria aqui destacar esse trabalho que tem feito o senador Leonel Pavan, fortalecendo o PSDB por todo o estado. Podemos citar que Leonel Pavan foi prefeito de Balneário Camboriú pela primeira vez de 1989 a 1992, antes disso havia sido vereador.

Das cidades balneárias do norte do estado de Santa Catarina, vejo que todas têm tido um grande desenvolvimento, como é o caso de Barra Velha, Piçarras, Penha, Navegantes, Porto Belo, Itapema, Bombinhas e Governador Celso Ramos, mas nenhuma delas passou por um *boom* de crescimento, por um *boom* de desenvolvimento como Balneário Camboriú.

Balneário Camboriú, ninguém consegue compreender, eu compreendo, como é que cresceu e desenvolveu tanto! Isso, sem dúvida nenhuma, deputado Edson Piriquito, v.exa. que foi vereador certamente contribuiu também com o desenvolvimento daquela cidade, tem a mão firme e permanente do prefeito Leonel Pavan, que mesmo não sendo prefeito estava presente através de seus representantes, de seus secretários e participou ativamente em todas as administrações, sendo inclusive, diretamente, nesses 20 anos, por dez anos prefeito de Balneário Camboriú, promovendo esse grande desenvolvimento.

Mas o PSDB cresce no Brasil inteiro, como cresce no estado de Santa Catarina, onde temos seis deputados estaduais, três secretários de estado, o presidente do Badesc e já tivemos um presidente da República. Certamente cresce pela sua história o PSDB.

Ouvi aqui o deputado Reno Caramori, dizendo que vai se deslocar agora para participar de uma audiência pública para discutir a implantação de mais uma PCH - Pequenas Centrais de Hidrelétricas. Existem mais de 80 pedidos de instalação de PCHs, que se multiplicados por dez, 15, 20, que é a potência dessas usinas, somadas vão corresponder talvez a duas, três grandes empresas de geração de energia elétrica que nós já temos em Santa Catarina.

É a possibilidade da geração de energia elétrica pela iniciativa privada e nós esperamos que com esta participação tenhamos oferta de energia permanente, oferta para atender à demanda, o desenvolvimento que Santa Catarina passará a ter e está passando agora.

O estado de Santa Catarina se desenvolve em grande velocidade, há que oferecer obras de infra-estrutura, como por exemplo, a energia elétrica, a construção de estradas, a construção de ferrovias. Nós estivemos semana passada em Rio do Sul, onde ocorreu o primeiro fórum pró-ferrovia de Santa Catarina. Tudo isso acontece porque o presidente Fernando Henrique Cardoso encaminhou um projeto ao Congresso Nacional em 1995/1996, quando lá eu era deputado federal juntamente também com o senador Leonel Pavan, e com o nosso voto foi aprovada a questão da energia elétrica, permitindo que empresas privadas possam gerar energia elétrica.

Até aquela data só poderiam gerar energia as empresas estatais, que não produziam porque não tinham capacidade, potencial de investimento, e o risco de um apagão era iminente. Foi graças a essa lei, encaminhada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, que hoje nós temos tantas PCHs sendo construídas em diversos rios e riachos de Santa Catarina.

O Vale do Rio Uruguai, o Alto Uruguai, está se transformando num verdadeiro jardim, numa seqüência de empresas e o deputado Herneus de Nadal, que é do oeste é testemunha de quantas usinas estão sendo implantadas no Alto Uruguai graças a essa lei que permitiu que a iniciativa privada possa gerar energia elétrica.

Aqui mesmo no rio Itajaí-Açu a Votoran, em um consórcio de empresas, implanta uma empresa de energia elétrica que vai facilitar a implantação de outra grande empresa no estado de Santa Catarina, que é justamente a Votorantin, com uma fábrica de cimento em Vidal Ramos, que tenho certeza vai ajudar a desenvolver Santa Catarina por inteiro, mas de forma muito especial todo o vale do rio Itajaí-Mirim e o Vale do rio Itajaí-Açu.

Então eu quero cumprimentar todos os peessedebistas e dizer que até o dia 5 de outubro precisamos buscar as lideranças que nós filiaremos e que irão se juntar a nós para serem candidatos a prefeitos e vereadores.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente eu gostaria de registrar a presença do professor Paulo Schmidt, da Furb, que está acompanhado pelos seus alunos do 10º semestre do Curso de Direito.

Sejam muito bem-vindos ao Parlamento catarinense, nessa Casa que é do povo.

Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Passaremos à Ordem do Dia.

A Presidência comunica que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer Contrário às seguintes matérias, e que as mesmas terão seu encaminhamento conforme o Regimento Interno: Projeto de Lei n. 0275/2007, de autoria da sra. deputada Odete de Jesus e Projeto de Lei n. 0376/2007, de autoria do sr. deputado Elizeu Mattos.

Comunica também que a comissão de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia apresentou parecer favorável ao Ofício n. 0103/2007, de entidade social, encaminhando relatório de atividades.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0067/2007, de autoria do sr. deputado Professor Grandó, que dispõe sobre a obrigatoriedade da compensação das emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) pelos promotores de eventos realizados em praça e parques públicos, a saber: shows, práticas desportivas, concertos, exposições e eventos do gênero, envolvendo circulação de pessoas, possibilitando a neutralização da emissão de dióxido de carbono (CO2).

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Turismo e Meio Ambiente.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0069/2007, de autoria do sr. deputado Narcizo Parisotto, que dispõe que os estabelecimentos comerciais que compram materiais de metal usados para venda, ficam obrigados a manter cadastro com dados pessoais e endereço completo das pessoas físicas ou jurídicas das quais foram efetuadas as compras e adota outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Segurança Pública.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0266/2007, de autoria do sr. deputado Gelson Merísio, que declara de utilidade pública o Centro de Recuperação Reviver - CRER, do município de Chapecó.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Direitos, Garantias Fundamentais e de Amparo à Família e à Mulher.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

O Sr. Deputado Professor Grandó - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Professor Grandó.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ - Sr. presidente, gostaria de solicitar a v.exa. que convocasse uma nova sessão para votarmos a redação final de todos esses projetos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Se os líderes concordarem, assim procederemos, sr. deputado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0353/2007, de autoria do sr. deputado Clésio Salvaro, que declara de utilidade pública estadual a Academia Criciumense de Filosofia de Criciúma.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça e de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Resolução n. 0006/2007, de autoria da Mesa Diretora, que dispõe sobre a concessão de vantagem pessoal temporária não incorporável.

Ao presente projeto foi apresentada uma emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

De acordo com a proposta do sr. deputado professor Grandó, consulto os srs. líderes para saber se podemos votar, em sede de redação final, as matérias votadas até aqui numa outra sessão.

(As lideranças acquiescem.)

Havendo concordância das lideranças assim procederemos.

Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, extraordinária, para as 16h 19min.

Está encerrada a presente sessão.

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

ATA DE COMISSÃO PERMANENTE

ATA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO, REFERENTE 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA.

Aos dezoito dias do mês de setembro do ano do dois mil e sete, às nove horas e trinta minutos, sob a Presidência do Deputado Jorginho Mello, foram abertos os trabalhos da vigésima primeira reunião ordinária da Comissão de Finanças e Tributação. Foi registrada a presença dos Senhores Deputados: Décio Góes, Joares Ponticelli, Marcos Vieira, Silvio Dreveck, Odete de Jesus Manoel Mota e Renato Hinnig. O Deputado Joares Ponticelli em substituição ao Deputado Jandir Bellini, e o Deputado Marcos Vieira em substituição ao Deputado José Natal Pereira. O Senhor Presidente colocou em votação a ata da 1ª Reunião Conjunta com a Comissão de Educação, Cultura e Desporto, sendo aprovada por unanimidade. Ato contínuo, o Senhor Presidente passou a palavra ao Deputado Décio Góes, relatou o PL./0282.3/2007, seu parecer foi pela aprovação, em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Seguindo, o Deputado Marcos Vieira, relatou o PLC./0030.2/2007 e o PL./0045.3/2007, seus pareceres foram pela aprovação, em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade. Na seqüência, o Deputado Silvio Dreveck relatou o PL./0189.7/2007, seu parecer foi pela aprovação, em discussão, foi solicitado vista ao Deputado Marco Vieira. Com a palavra, o Deputado Manoel Mota relatou o

PL./0281.2/2007, seu parecer foi pela aprovação, como também o PL./0132.1/2007, seu voto vista é pelo diligenciamento em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade. O Deputado Renato Hinnig, relatou o PL./0061.3/2007, em discussão foi solicitado vistas em gabinete para a Deputada Odete de Jesus, e para o Deputado Décio Góes, e também relatou o PL./0229.9/2007 seu parecer foi pela aprovação, em discussão, foi solicitado vistas para o Deputado Silvio Dreveck, para a Deputada Odete de Jesus, e para o Deputado Décio Góes, relatou também o PL./341.8/2007, em discussão, foi solicitado vistas, para o Deputado Joares Ponticelli e para o Deputado Décio Góes. Na continuação, com a palavra o Presidente, que relatou os PL./0419.2/2007, o PL./0279.8/2007, o PL./0284.5/2007, o PL./0288.9/2007, seus pareceres foram pela aprovação, em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade. O Deputado Presidente também colocou em votação o requerimento de audiência pública, sobre Defensoria Dativa, em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O presidente agradeceu a seus pares presentes na reunião. Não havendo nada mais a tratar, o Presidente deu por encerrado os trabalhos da Reunião Ordinária, dos quais, eu, Silvio Nestor de Souza, Chefe de Secretaria, digitei a presente ata, que aprovada por todos os membros, será assinada pelo Presidente e posteriormente publicado no Diário desta Assembléia.

DEPUTADO JORGINHO MELLO

Presidente da Comissão de Finanças e Tributação

*** X X X ***

AUDIÊNCIA PÚBLICA

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA
COORDENADORIA DE TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO PARA DISCUTIR O ENSINO SUPERIOR EM SANTA CATARINA E OS ARTIGOS 170 E 171, REALIZADA NO DIA 9 DE AGOSTO DE 2007, ÀS 19H, NO MUNICÍPIO DE JOINVILLE

O SR. PRESIDENTE (deputado Darci de Matos) - Damos início à audiência pública da Comissão de Educação, Cultura e Desporto da Alesc para discutirmos o ensino superior em Santa Catarina e os artigos 170 e 171.

Convido para compor a mesa o deputado estadual Kennedy Nunes, líder do PT; o professor Irton Eberhardt, neste ato representando o pastor Tito, de Bom Jesus/Ielusc; a professora doutora Marileia Gastaldi Machado Lopes, neste ato representando o secretário da Educação do Estado, doutor Paulo Roberto Bauer; o professor Roque Antônio Mattei, presidente da Ampesc; Álvaro Poleza, diretor da União Catarinense dos Estudantes; o vice-presidente da Câmara Municipal de Joinville, vereador Zulmar Valverde, neste ato representando aquela Câmara Municipal; a vereadora Carmelina Alves, presidente da Comissão de Educação da Câmara Municipal de Joinville; a professora Clarice Portella de Lima, neste ato representando a Secretaria de Estado Regional de Joinville e o governador Luiz Henrique da Silveira; a professora Edla Yara Priess, representando o secretário de Educação e o prefeito municipal de Joinville, doutor Marco Antônio Tebaldi.

Registro a presença do professor Alodir Alves Cristo, presidente da Fundamas; da senhora Giovana Paula Potrich, representando o magnífico reitor da Univille, professor Paulo Ivo Koehntopp; do senhor Pedro Augusto, coordenador de ensino superior do Ielusc; da senhora Maria Aparecida Maes, representando a Faculdade de Tecnologia de Jaraguá do Sul (Fatej); do senhor Giovanni de Souza, da Faculdade de Tecnologia de Jaraguá do Sul; da professora Margariane Witt, representando o Iesville; da professora e vereadora Dalila Rosa Leal, de Joinville, a quem convido para compor a mesa; do senhor Balduino Raulino, diretor da Faculdade Metropolitana de Guarimir (Fameg); de Lenin Pena, do Instituto de Desenvolvimento Sustentável de Joinville; de João Schurhoff, presidente da Associação de Moradores de Palmeirinha; de Alecir Albanaz, presidente da Associação de Moradores de São Marcos - Real Sociedade; de Gerson Bachtold, secretário regional de Nova Brasília; de Tânia Onandt, representando a Faculdade Tecnológica Assessoritec; de Rejane Burl, representando a Fatesc; de José Paulo Cabral, presidente da Associação de Moradores da Entrada dos Espinheiros - Rádio União; de Osvaldo Almeida Matos, coordenador de bolsas do Senai; de Dilarimar da Costa, representado a Sociesc; de Carlos Almeida, vice-presidente da Associação de Moradores do Conjunto Irineu Bornhausen.

Antes de passar a palavra ao deputado Kennedy, que precisa retirar-se em virtude de compromissos assumidos, quero justificar a realização desta audiência pública que propusemos na Comissão de Cultura e Desporto.

Entendemos que é de fundamental importância para Joinville e para Santa Catarina proporcionarmos o debate com as autoridades e com os representantes dos estudantes e das instituições a respeito do ensino superior, principalmente no que diz respeito aos artigos 170 e 171.

Sobre o artigo 170, já fizemos algumas audiências públicas no Estado, mas ainda pairam algumas dúvidas e existem algumas propostas. Por exemplo, temos uma preocupação com o repasse em dia dos valores do artigo 170 para as universidades e faculdades de Santa Catarina, e esse assunto nós, da Comissão de Educação, já estamos tratando com a Secretaria estadual e com a Secretaria da Fazenda.

Parece que a Secretaria de Estado da Educação vai mandar um projeto de lei à Assembléia para serem discutidos alguns critérios, algumas questões referentes ao artigo 170, e um dos pontos polêmicos, que entendemos que deva ser revisto, diz respeito aos parâmetros de benefícios concedidos aos estudantes.

Hoje o artigo 170 possibilita atender os alunos com percentuais de 50% até 100%, e existe um pensamento, que nós também defendemos, de que deveríamos ou dar autonomia para as instituições ou reduzir esse índice para 20%, 30% ou 40%, a fim de podermos atender um maior número de estudantes em Santa Catarina.

O artigo 170 distribui para os estudantes de Santa Catarina R\$ 32 milhões por ano, e o artigo 171 é um fato novo, porque a partir do ano que vem teremos aproximadamente R\$ 30 milhões, professor Roque, que serão distribuídos para Santa Catarina conforme o projeto de lei já aprovado pela Assembléia: para pós-graduação, 20%; para pesquisa e extensão, 20%; e para bolsas de estudo, 30%. Isso porque o governador Luiz Henrique da Silveira, no meu entendimento inteligentemente, vetou o item 3 e o item 5, que destinavam 10% para a Udesc, para ampliação de seus *campi* em Santa Catarina, e 20% para a Universidade Federal, para bolsas de estudo.

Inteligentemente por quê? Porque para criar novos *campi* da Udesc já existe recurso na Constituição Estadual, e também porque é descabido dar dinheiro para bolsa de estudo a alunos da Universidade Federal. Só faltava nós pagarmos para os alunos estudar na federal. Por isso mantivemos, professor Roque, com a atuação brilhante da Ampesc, o veto do governador.

Portanto, deputado Kennedy, existem 30% aproximadamente desses R\$ 30 milhões que estão sem destinação, algo em torno de R\$ 9 milhões. Os deputados entraram com diversos projetos dando *n* destinações, inclusive existe um projeto de minha autoria que destina esses 30% para bolsa de estudo. Ora, se esse projeto de minha autoria for aprovado, teremos 60% dos R\$ 30 milhões para bolsas de estudo (aproximadamente R\$ 18 milhões).

Então, entendemos que esse assunto tem que ser debatido, discutido. Existem outros projetos, outras idéias e propostas, mas a população, os estudantes, as instituições é que têm que dizer a forma como temos que nos comportar - os deputados e a Comissão de Educação - no que diz respeito à destinação desses recursos.

Se esses 60% para bolsas de estudo forem aprovados, estaremos promovendo a verdadeira interiorização do ensino superior em Santa Catarina, porque estaremos dando bolsa para estudantes de universidades regionais, como é o caso da Univille, ou de instituições particulares, desde Dionísio Cerqueira até Araranguá, passando por Joinville, Canoinhas, Porto União. Também estaremos dando recursos principalmente para estudantes como vocês, carentes, que trabalham durante todo o dia e ainda estudam, com sacrifício, no período da noite.

Essas são as minhas colocações para contextualizar o nosso debate, e neste momento passo a palavra ao eminente deputado Kennedy Nunes, líder do PP na Assembléia.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Eu quero cumprimentar o presidente da Comissão de Educação, deputado Darci de Matos; os demais componentes da mesa; os jovens; as senhoras e os senhores aqui presentes.

Quando o chefe de gabinete do deputado Darci de Matos me ligou e pediu que eu passasse por aqui, eu já tinha outro compromisso. Quando vocês forem pais, entenderão por que tenho que sair. Hoje é o dia da homenagem da escola onde estudam os meus dois filhos, e prefiro arrumar qualquer confusão menos em casa. Então, sei que vocês vão entender.

Mas não poderia deixar de vir aqui, primeiro, para prestigiar o deputado Darci de Matos, que faz esta audiência pública na nossa cidade. Eu, Darci de Matos e Nilson Gonçalves somos os deputados de Joinville e região, temos trabalhado especificamente, cada um com as suas diferenças, com as suas particularidades, mas quando se trata de Joinville, somos um corpo só, essa é a grande verdade.

Segundo, porque, a pedido do professor Roque, eu e o deputado Darci fizemos das tripas o coração para manter o veto do governador.

Vejam bem: o deputado Darci faz parte da bancada governista, então, é normal ele votar com o governo, e eu sou líder da Oposição, mesmo assim, tivemos uma briga grande para que os deputados da Situação votassem favorável ao veto do governador sobre o projeto que destinava 30% para a Udesc e para a Universidade Federal de Santa Catarina.

Não é que sejamos contra alunos estudarem na Udesc e na Universidade Federal de Santa Catarina, é que, no nosso entendimento, já existe na Constituição uma partícula do Orçamento do Estado destinada para elas: Universidade Federal via governo federal e Udesc via Orçamento estadual. E no caso da Universidade Federal e da Udesc, não eram bolsas de estudo, era ajuda para que os alunos, que já estudam de graça nessas universidades, pudessem viver em Florianópolis. Então, não era mais para bolsa de estudo; era, por exemplo, para os alunos que cursam universidades públicas e gratuitas e Florianópolis poderem receber ajuda de custo para se manter aqui.

Aqueles que estão estudando na Universidade Federal e na Udesc já têm oportunidade de ter estudo gratuito, concordam comigo? Muitos de vocês aqui nem isso estão tendo! Portanto, nós entendemos que esse dinheiro deveria ser colocado para que outros alunos pudessem ter o seu estudo.

Fico feliz, professor, de voltar à minha casa. Foi aqui que tive minha formação acadêmica, formei-me em Jornalismo aqui no Ielusc, e sei como é difícil pagar todos os meses a mensalidade.

O melhor de tudo, gente, é que esse dinheiro do artigo 171 que nós reservamos para os alunos é para bolsas de estudo, inclusive para as faculdades particulares. Isso que é legal! Então, mesmo que seja particular a faculdade que os alunos estão fazendo, aqueles que forem agraciados com essa bolsa poderão ter ajuda de custo.

Estava dizendo para a sempre magnífica reitora Marileia Gastaldi que o artigo 170 é algo muito importante. Ela me dizia que agora é que foi paga a segunda parcela, que ainda há três em atraso e que há quarenta dias foi paga a última do ano passado.

Conversando com o reitor Koehntopp esses dias, ele me disse a dificuldade que é, a agonia que é, porque chega a época da matrícula e, se não foi repassado o recurso, o aluno fica naquela correria e não consegue fazer a matrícula. Então, tudo isso é uma angústia.

Mas o artigo 171 vai possibilitar que as empresas invistam em educação de ensino superior, e nós poderemos atender as pessoas que estudam em faculdades particulares.

Em minha opinião, a grande maioria é que deveria estar na universidade pública e gratuita; e nas universidades particulares, professor Roque e deputado Darci, está quem deveria ser atendido pelas bolsas. Porque para as universidades públicas, cujos vestibulares apresentam alto índice de disputa, vão aqueles filhos de pais que têm poder aquisitivo, filhos que não precisam trabalhar durante o dia, que fazem curso pré-preparatório para vestibular. Por isso defendemos, professora Dalila, que os vestibulares sejam feitos num dia só, porque os alunos com poder aquisitivo fazem vestibular em vários Estados para depois escolherem a universidade que irão frequentar.

Vocês, que têm que trabalhar o dia todo, que não têm condições de pagar um cursinho, que vêm da escola pública, acham que terão condições de competir igualmente no vestibular com quem teve aulas-show? Não!

Eu não lembro em qual audiência pública o doutor David Lincoln falou da vinda da UFSC para cá. Ele disse o seguinte, palavras do doutor David Lincoln, procurador público federal: "A minha filha passou em Direito, não sei em que lugar, na UFSC, e está cursando de graça. E 80% dos alunos da sala dela têm carro próprio. Eu gostaria de pagar, porque tenho condições, e não posso pagar".

Então, ele, pai, está dizendo que pode dar condições financeiras para a sua filha morar em Florianópolis, dirigir o próprio carro, e ela está lá estudando de graça. E nós, porque eu também vim de uma família humilde, temos que fazer o 1º e 2º grau na escola pública. O cursinho de pré-vestibular, a Fundama ainda está fazendo lá, professor Cristian? Ainda bem, porque tem uma brecha para que a gente possa disputar com esse tipo de pessoas que têm um nível de escolaridade extremamente grande.

Isso fez com que, junto com o deputado Darci, pudéssemos manter o veto do governador, para 100% desse dinheiro do Fundo, que vem do artigo 171, ser aplicado em bolsas e também nas escolas particulares.

Por isso, quero parabenizar o deputado Darci, que é o presidente da Comissão de Educação. Tem todo o meu apoio e o da nossa bancada do Partido Progressista, composta por seis deputados, que vai apoiar, como já aconteceu, para que possamos atender mais alunos no ensino superior.

Tem uma nova bandeira que vou propor ao deputado Darci de Matos, que faça uma audiência em Florianópolis trazendo todos os representantes da Udesc. O professor Trigo levanta e sai hoje na imprensa, no jornal Gazeta de Joinville, que a Udesc oferece para cada curso quarenta vagas. E abrindo mais dez vagas para cada curso não necessitaria de novos investimentos, não diminuiria a qualidade de ensino e daria vagas para mais 630 alunos fazerem seus cursos gratuitamente - só aqui em Joinville, fora nas outras localidades que tenha Udesc.

Então, essa é uma nova bandeira que vamos fazer, porque acreditamos que a juventude precisa de oportunidade, e o governo tem que ser parceiro colocando a instituição à disposição, mas também sendo parceiro das entidades. Nós, aqui em Joinville, temos uma série de faculdades que já faz o seu lado social, mas não dá para fazer tudo porque tem custo - e vejo que o artigo 171 tem essa visão.

Mais uma vez muito obrigado a todos vocês, peço desculpas pela minha saída, mas coisa de pai, a gente também tem que assumir esse papel.

Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Darci de Matos) - Concedo a palavra ao professor Irton Eberhardt, representando o pastor Tito, do Bom Jesus/Ielusc, para a sua saudação.

Agradecemos antecipadamente a instituição por ceder as suas instalações para a realização da nossa audiência pública.

Muito obrigado.

O SR. IRTON EBERHARDT - Quero saudar o deputado Darci de Matos, presidente da Comissão de Educação da Assembléia Legislativa; os demais componentes da mesa nominados anteriormente; e todos os presentes.

Em nome do pastor Tito eu quero transmitir as boas-vindas a todos e justificar a sua ausência, porque tem outro compromisso no consulado da Alemanha, mas tão logo possa talvez ele ainda passe por aqui.

Gostaria de dizer a todos que o assunto artigos 170 e 171 é extremamente importante, principalmente para aqueles que tanto necessitam de um auxílio, de uma bolsa de estudo para poderem cursar a faculdade desejada ou a faculdade em que está matriculado.

Deputado e demais componentes da mesa, nós, que diuturnamente estamos em contato com os acadêmicos, sabemos também o quanto eles têm dificuldades, têm necessidades. Também já participamos particularmente de outras audiências, inclusive com a presença do nosso governador, e achamos tão desigual essa distribuição de valores de bolsas de estudo, que nos causa uma certa aflição e um grande desejo de que dessas audiências públicas não saíamos mais preocupados do que no início das reuniões.

É preciso realmente que se altere essa situação, pois possivelmente temos alunos carentes em todas as instituições particulares do Estado, e eles não estão distribuídos por grupos de instituições, acredito que estão aleatoriamente em muitas instituições, independentemente do grupo que participem.

Desejo que essa reflexão traga uma continuidade em todas as discussões e um aprofundamento, que realmente a gente consiga modificar a situação que está posta. Com certeza é o desejo de todos nós, e esperamos que todas as manifestações que ouviremos realmente contribuam para que num futuro bem próximo a gente consiga ter percentuais mais bem distribuídos nas nossas instituições por todo o Estado.

Desejo a todos uma boa reunião, e que ela realmente contribua para o amadurecimento.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Darci de Matos) - Após as explanações das autoridades, vamos conceder a palavra ao público, já que se trata de uma audiência pública.

Com a palavra a professora Clarice Portella de Lima, representando a Secretaria Regional e o governador Luiz Henrique da Silveira.

A SRA. CLARICE PORTELLA DE LIMA - Gostaria de cumprimentar o deputado Darci de Matos; os demais colegas da mesa; diretores das universidades; diretores das instituições; e os nossos alunos, que são a razão desta discussão de hoje à noite, até porque eles deverão ser os beneficiados.

Quero dizer que o governador Luiz Henrique da Silveira foi muito inteligente quando vetou um item do artigo 171, permitindo que esse valor, que pode ser discutido, deputado Darci, possa ser repassado para mais bolsas de estudo, estendendo-se às nossas instituições, para que possamos beneficiar mais alunos.

Como professora (e estou como gerente) eu posso aqui dar o meu testemunho de que realmente o benefício que o artigo 170 traz, através das bolsas dos nossos alunos, é muito grande; e que realmente as nossas universidades públicas não conseguem atingir o aluno carente como as bolsas de estudo. Faço parte das comissões que fazem a triagem para os alunos que recebem hoje essas bolsas e podemos confirmar que realmente é feito com muita transparência; que os alunos carentes são os que realmente recebem a bolsa - e isso é muito importante.

Então, acredito que a discussão de hoje seja muito importante, e quero parabenizar o nosso deputado, bem como os componentes da Comissão da Assembléia Legislativa, por essa iniciativa, porque acredito que dentro dessas discussões nós vamos conseguir aumentar, sim, através do artigo 171 principalmente, o valor, para que os nossos alunos carentes do Estado de Santa Catarina sejam melhores beneficiados.

Finalizando, deixo um abraço da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional, que está aqui hoje para auxiliar o cidadão da nossa região; e também o abraço do governador Luiz Henrique, que está em Joinville, mas infelizmente não pôde se fazer presente pela sua agenda bastante intensa. Ele está em outras reuniões, mas pediu que trouxéssemos aqui a sua saudação; ele apóia esta audiência e espera que mais alunos, através dos artigos 170 e 171, sejam beneficiados.

Boa-noite a todos e que possamos levar daqui muitos encaminhamentos em benefício dos nossos alunos.

Muito obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Darci de Matos) - Registramos a presença da Rosane Gonzato, presidente da Ajoced; do Rogério Rezendes, diretor do Colégio 4ª Dimensão; e justificamos a ausência do deputado Nilson Gonçalves, por ter assumido outros compromissos anteriormente.

Neste momento concedo a palavra ao vereador Zulmar Valverde, vice-presidente da Câmara de Vereadores de Joinville, para a sua saudação.

O SR. VEREADOR ZULMAR VALVERDE (Joinville/SC) - Cumprimento V.Exa.; todos os membros da mesa, essa eclética composição de professores; os nossos professores e diretores de escolas; e as luzes principais deste evento, que são os alunos.

Representando um poder legislativo municipal, o nosso presidente manda um forte abraço e pede para dizer que estamos atentos a toda inclusão social. E quando se fala em educação, só temos um país forte com pessoas preparadas, quando tivermos uma educação à altura.

Parabéns pela sua iniciativa e por fazer parte dessa comissão tão importante para o nosso Estado. Lembro-me que comecei a minha faculdade no Rio Grande do Sul, Faculdade Nelson Hungria, em 1973, e sei o quanto me custava andar 700 quilômetros, pagar no final do mês, alimentar mal, e não é raro encontrarmos hoje pessoas que passam por isso.

Está na hora de o Brasil estender essa inclusão social aos nossos alunos, aos nossos jovens, para eles terem realmente a sua formação e uma visão maior do País.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Darci de Matos) - Concedo a palavra ao Álvaro Poleza, diretor da União Catarinense dos Estudantes.

O SR. ÁLVARO POLEZA - Quero cumprimentar o presidente da Comissão, deputado Darci de Matos; todos os integrantes da mesa; e principalmente aqueles que eu represento, que são os acadêmicos.

Também quero parabenizar o deputado e o presidente da Ampesc por essa visão muito rápida de entender a importância desse veto. Hoje, muitos de nós, que já estamos no terceiro, quarto ano, olhamos para a nossa sala de aula e não vemos muitos de nossos amigos, por conta da falta de pagamento da sua mensalidade.

Mais natural são aos trabalhos temporários, alunos que têm o seu trabalho e o fazem à noite, sacrificando-se estudando de madrugada para que possam concluir seus estudos. E hoje, a cada cem estudantes que ingressam nas universidades pagas, somente quinze concluem em tempo normal, todo o restante atrasam.

Nós participamos da comissão de bolsas também da Univille e sabemos como é importante. Que seja pouco, que seja R\$ 150, R\$ 200 ou até R\$ 300, ou até os 100% da bolsa de estudos, que é muito raro, mas sabemos que são nas universidades pagas.

Até mesmo o movimento estudantil muito brigou para que nas universidades particulares não fosse injetado dinheiro público - o professor sabe disso -, os alunos ergueram essa bandeira. Nós tivemos uma briga interna muito grande para mostrar a alguns militantes que ali está a grande massa que necessita, ali estão os alunos realmente oriundos de colégios públicos.

Aqui em Joinville, hoje, nós temos mais de 21 mil alunos ingressados nas universidades. Nós temos faculdades investindo e Joinville vem crescendo muito com isso, trazendo mão-de-obra qualificada. Hoje sabemos da importância que é a universidade para o município.

A minha primeira formação foi em optometria, na UNC de Canoinhas. Quando estive lá residindo por algum tempo eu vi aquela cidade, e vejo o que é hoje. Quem teve o prazer de conhecer Canoinhas há mais ou menos sete anos e conhece hoje sabe a injeção que a UNC deu aquela cidade.

E não vamos muito longe, vamos voltar a Joinville. Quantas vezes a própria Univille recebeu prêmios ao comando da professora Marileia, que enquanto reitora foi à Alemanha e em muitos outros lugares, fazendo um grande esforço e trazendo para Joinville cada vez mais alunos para os bancos universitários.

Então, é de suma importância - esse é o principal recado que eu tinha para dar a vocês -, a mobilização dos estudantes. Infelizmente o movimento estudantil passou por um período de sonolência, ele esteve apagado. Hoje não vemos mais estudantes reivindicando seus direitos, estudantes discutindo de igual para igual o que é certo, o que é errado. É muito importante vocês estarem aqui hoje, e, mais do que isso, colocarem as suas opiniões. São vocês que realmente sofrem nos bancos de aula, que realmente passam necessidades e sentem a diferença que faz aquele valor que é injetado para vocês através de bolsas de estudo.

Nove milhões parece muito dinheiro, gente. Quando a gente fala em nove milhões, diz: "Meu Deus, quanto dinheiro!" - mas sabemos que isso vai suprir somente 10% ou 15% da real necessidade que teríamos. É um pequeno passo rumo a uma grande estrada que vamos percorrer juntos, acredito eu, através dos deputados Darci de Matos e Kennedy Nunes, e com todos aqueles que estiverem realmente interessados em abraçar as causas que nós defendemos, que nossos pais defenderam, que nossos avós defenderam. Eu tenho certeza que enquanto houver um estudante fora dos bancos de sala de aula, o meu filho, o meu neto e muitos outros estarão ali para defendê-los.

Então, é muito importante que todos vocês se reúnam, que formem seus centros acadêmicos e diretórios centrais de estudantes, e que percebam que hoje, mais do que nunca, nós somos ouvidos. Não temos mais aquela necessidade de sairmos às ruas batendo lata, pintando a cara, fazendo manifestos. Se for necessário será feito, mas hoje temos as portas abertas em muitas ocasiões. Então, vamos aproveitar essa situação, gente.

Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Darci de Matos) - Concedo a palavra à professora e vereadora Carmelina Alves, da Comissão de Educação da Câmara de Vereadores, para a sua saudação.

A SRA. VEREADORA CARMELINA ALVES (Joinville/SC) - Meus cumprimentos ao senhor presidente, deputado Darci de Matos; à professora Clarice, representando aqui a educação estadual; à professora Marileia, pela referência que é no ensino superior, na conquista da nossa universidade para Joinville. Eu acho que quando se pensa em Joinville ter uma universidade nós lembramos da sua administração, professora Marileia. Em seu nome eu cumprimento todos os representantes do ensino superior que estão aqui nesta noite, bem como os representantes comunitários e os alunos.

Eu só queria fazer uma retificação, deputado Darci. Até o ano passado, quando o senhor estava conosco aqui na Câmara, realmente eu presidia a Comissão de Educação (eu presidi por quatro), mas hoje não sou eu, é um outro vereador, eu faço parte da mesa diretora da Câmara. Falo isso para fazer justiça a um outro vereador, que é presidente da Comissão de Educação, o vereador Marquinhos. Fazemos um rodízio lá na Câmara - eu já tive essa função durante quatro anos, hoje tem outro vereador.

Como a minha caminhada sempre foi como educadora, eu não poderia deixar de estar aqui esta noite trazendo a minha contribuição e querendo ouvir para poder ajudar a defender, aqui na nossa região, a Assembléia Legislativa e, sobretudo, a Comissão de Educação, que nos orgulha muito, presidida pelo nosso ex-vereador e hoje deputado Darci de Matos. Fiquei muito feliz quando vi, no começo do ano, que o senhor foi eleito presidente da Comissão de Educação. Isso é muito importante para Joinville.

Esta noite traz grandes expectativas para o ensino superior. Nós sabemos que não basta os dados dizerem que na região sul de Santa Catarina a média de entrada na universidade do estudante na faixa etária de 18 a 24 anos é de 11% a 13%. Mais ou menos isso, né, professora Marileia? São os dados que nos dizem isso.

(Manifestação fora do microfone inaudível.)

Quatorze por cento agora? Subiu um pouquinho. Então, chega a 14% o índice, o percentual de alunos na faixa etária universitária de 18 a 24 anos que podem frequentar o ensino superior. Isso é muito pouco para a Região Sul, dita como uma região de grande desenvolvimento - se nós olharmos, o índice do Brasil é muito menor. Então, na Região Sul nós chegamos aos 14%, mas isso não nos conforta.

Nós sabemos que se o aluno não tem acesso à universidade, não é porque ele não quer ou porque não tem condições (o representante dos universitários colocou muito), a gente sabe da evasão. Nós queremos que o aluno tenha acesso ao ensino superior, permaneça nele e consiga concluí-lo. E como ele vai ter esse acesso e conseguir essa permanência? Com preparação e com políticas públicas, para que ele possa se manter na universidade.

Sabemos de alguns avanços do artigo 170. Até então o artigo 170 poderia ser distribuído só para as universidades do Sistema Acafe. Depois se expandiu em outras instituições que foram se inscrevendo, porém num índice muito pequeno.

Por exemplo, sabemos que este ano a Ielusc tem mais ou menos cinquenta, setenta bolsas, ou, parece, nem chega a isso. É um índice muito pequeno essa distribuição que tem hoje para as instituições de ensino superior privado que não estão no Sistema Acafe. Eu sempre digo: não adianta distribuir as fatias do mesmo bolo, do mesmo tamanho, para mais instituições porque vai diminuir a quantia. Mas acredito que agora essas medidas do artigo 171 possam trazer um acréscimo para que mais alunos sejam atendidos.

Eu desejo ao deputado e a todo o Poder Legislativo que realmente possam avançar nessas conquistas. Santa Catarina precisa desses avanços; que a gente possa ampliar esse leque, dar mais oportunidades, porque não adianta ter no discurso que educação é prioridade. Para a educação ser prioridade nós precisamos ter ações como esta, ações que garantam investimentos na educação. E sabemos que poderemos vencer as grandes dificuldades deste país se nós tivermos profissionalização em nível superior para os nossos jovens. É isto que nós esperamos: essas conquistas que os deputados, através da Comissão de Educação, estão buscando e pelas quais estão lutando. Que sejam vitoriosos nessa conquista e que Santa Catarina possa ganhar realmente, dar oportunidade aos nossos catarinenses e agradecer.

Conte conosco aqui na região, no que pudermos fazer. Nós batalhamos pela educação e estaremos lá, se precisar, no dia da votação. Vamos levar lá o joinvilense, para que o artigo 171 realmente seja uma realidade, abrindo esse leque de oportunidades.

Agradeço a oportunidade e também me justifico, porque tinha um outro compromisso agendado há uns dez dias, mas dei uma escapada para vir aqui, pois não poderia deixar de estar presente. Quando se trata de educação a gente prioriza.

Essa é a minha mensagem, me coloco à disposição e parabenizo a Assembléia Legislativa e a Comissão de Educação por este trabalho.

Muito obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Darci de Matos) - Com a palavra a professora e vereadora Dalila Rosa Leal, para fazer a sua saudação.

A SR. VEREADORA DALILA ROSA LEAL (Joinville/SC) - Vou ser breve porque nós viemos aqui para ouvir os estudantes e acho que a Carmelina já colocou muito do nosso pensamento.

Cumprimento e parabenizo o deputado Darci de Matos. Eu quero dizer que é um orgulho muito grande tê-lo como deputado e numa Comissão tão importante quanto a de Educação.

Também quero cumprimentar a professora Marileia, e em seu nome saúdo todas as mulheres presentes.

Acredito que esse trabalho que o nosso deputado Darci vem fazendo, sacudindo, trazendo à realidade e chamando os estudantes para discutir uma coisa tão importante como os artigos 170 e 171, nós temos que, como vereadores da Câmara, escutar e saber, para que também possamos encaminhar algumas coisas a pedido, dentro dessas solicitações.

Era esse o meu recado. Parabenizo todos os presentes.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (deputado Darci de Matos) - Com a palavra a professora-doutora Marileia Gastaldi Machado Lopes, ex-reitora da Univille e diretora de Ensino Superior da Secretaria de Estado da Educação, neste ato representando o secretário da Educação do Estado, doutor Paulo Roberto Bauer, para ouvirmos a sua exposição.

A SRA. MARILEIA GASTALDI MACHADO LOPES - Boa-noite a todos. Meu desafio é conseguir falar em dez minutos.

Quero cumprimentar o deputado Darci de Matos e dizer a importância desta sessão proposta por ele como coordenador desta Comissão de ensino superior da Assembléia Legislativa.

Sempre guardo gratas recordações do empenho do hoje deputado Darci de Matos, porque eu já era diretora, depois reitora, da Univille e ele era estadaunte de Administração, presidente do diretório acadêmico e foi um baluarte, um lutador, um batalhador, da transformação da antiga Furj em universidade. Primeiro como estudante e depois como vereador. Ele apoiou e trabalhou muito, tem uma trajetória na definição da Furj em Univille. Lembro disso, deputado.

Também quero cumprimentar as vereadoras e os vereadores presentes, a professora Clarice, as autoridades e especialmente o representante do diretor Tito, membro do Conselho Estadual de Educação e diretor desta Casa de Educação. Ainda, desejo saudar o professor Roque Mattei, um dos diretores da Sociesc, presidente da Ampesc, que coordena mais de quarenta instituições de ensino superior, e membro do Conselho Estadual de Educação. Portanto, temos uma mesa importante. Mas quero cumprimentar, principalmente, o presidente dos estudantes, aqui presente, e em seu nome saudar todos os estudantes.

Serei breve. Gostaria de dizer que foi muito feliz a proposição desta audiência porque alarga, amplia a possibilidade de trazerem mais alunos para o ensino superior; de acesso e permanência dos alunos.

Hoje, Santa Catarina tem cerca de trezentos mil estudantes matriculados em algum curso superior. Sabemos que esse número representa 14% da população de 18 anos a 24 anos. Vejam que, alunos e autoridades, se compararmos estes 14%, que é o melhor percentual em termos de Brasil, Santa Catarina avançou. Hoje já temos estes 14% no ensino superior, enquanto a média do Brasil é de 11%! Estamos 3% acima da média do Brasil, mas essa média é muito baixa. Observem que qualquer país desenvolvido tem 30%, 40%, 50%, até 70% da sua população de 18 anos a 24 anos matriculada em algum curso superior.

Quando falamos em qualidade no ensino superior, em globalização, em domínio do conhecimento científico, tecnológico, na própria inclusão, temos que falar em conhecimento e competência. Falando em competência temos que falar em mais alunos matriculados nos cursos superiores.

Estudantes, em Santa Catarina nós estamos com 14%. O Brasil tem 11%, mas precisamos de terra firme, muito, muito firme, e temos que ver essa terra firme. O Brasil precisa chegar, em dez anos, a 30% da sua população matriculada em algum curso superior. Significa dobrar, e com mais 2%, o percentual de hoje em dez anos. Essa é uma condição *sine qua non* para que consigamos entrar no mundo da modernidade, no mundo da competência, no mundo da qualidade.

Por isso, em Santa Catarina, o governo está pensando, no ensino superior, em qualificar, em expandir, em diversificar e em integrar. São quatro princípios importantes: qualidade, expansão, diversificação e integração. E este também é o horizonte do próprio Ministério da Educação, do próprio MEC: ampliar e garantir acesso do estudante ao ensino superior e permanência dele nesse ensino.

Nós sabemos que isso não é fácil. O nosso secretário Paulo Bauer tem feito uma verdadeira incursão por todo o Estado de Santa Catarina falando da importância de se ter boa escola, boa educação básica, para que a gente garanta um ensino futuro de qualidade. O ensino passa, absolutamente, pela educação básica de qualidade, pela escola fundamental de qualidade. E é por isto que estamos fazendo toda essa luta, para que o ensino das licenciaturas, a formação de professores, continue a acontecer no Estado de forma cada vez mais incluyente e de forma que cada vez mais garanta boa formação de professores.

Eu gostaria de falar um pouquinho a vocês estudantes sobre a necessidade de garantirmos sempre mais alunos em escolas superiores de Santa Catarina; em universidades (as comunitárias) e em cursos, em instituições comunitárias, como a Ampesc, que tem uma rede de quarenta instituições de ensino superior, que são as instituições ditas particulares - mas todas têm cunho comunitário muito forte. Precisamos garantir que o aluno consiga acessar essas escolas, porque em Santa Catarina temos uma universidade federal, pública e gratuita; uma Udesc, pública, gratuita e estadual; e, depois, doze universidades do Sistema Acafe e uma série de instituições particulares de ensino superior. Precisamos garantir que o estudante consiga acessar de forma mais tranqüila, mais leve, mais fácil, o seu ensino superior e consiga pagar de forma também muito mais leve. Já que ele precisa pagar, que ele consiga pagar percentuais mínimos.

Então, uma das coisas que estamos discutindo é que realmente o artigo 170, o qual representa 2% do percentual destinado à educação no Estado, que é 25%, seja ampliado; que mais e mais alunos consigam acessar o artigo 170.

Mas o grande trunfo, vamos dizer assim, a grande estratégia que o governo de Santa Catarina está utilizando, e que a Assembléia está regulamentando, é a criação de um fundo, de mais um fundo, para a educação superior. Esse fundo, chamado artigo 171, é resultado da Constituição do Estado. Criando esse fundo, significa dizer que todas as empresas, as instituições, as organizações, que acessarem, por exemplo, o BRDE, o Badesc, algum empréstimo do governo do Estado nesses órgãos de fomento, deixarão depositados 2% deste valor que retirarem de empréstimo para a criação de um fundo. Este é o fundo originário do 171. Isso foi criado, idealizado, por este governo, pelo governo do nosso governador, e está na Assembléia para ser regulamentado.

Essa proposta, deputado, pelos cálculos, dará um incremento de mais de 30 milhões, de quase 40 milhões, destinados ao ensino superior por ano. Ele quase avança mais do que hoje é destinado ao artigo 170, pois atualmente 32 milhões são destinados ao artigo 170. Então observem, estudantes, que é um incremento significativo ao nosso ensino superior.

Nós estamos propondo à Assembléia uma regulamentação desse fundo. A regulamentação que nós da Secretaria estamos propondo à Assembléia, que os deputados vão analisar e julgar, está assim distribuída, está assim proposta: 20% desse fundo, originário do artigo 171 - para o desenvolvimento e a manutenção do ensino superior -, a bolsas de pesquisa e de extensão; 20% desse fundo para alunos matriculados em cursos e programas presenciais de pós-graduação, especialização, mestrado e doutorado.

Aí nós teremos um incremento, uma valorização das especializações, dos mestrados e dos doutorados, que hoje não têm bolsas, a não ser as bolsas da Capes, que privilegiam esses estudantes. Então seria um incremento valioso na ciência e na tecnologia em termos de pós-graduação no Estado de Santa Catarina.

Nós estamos propondo, desse recurso: 30% para alunos economicamente carentes; 20% para concessão de bolsas para formação de professores - cursos superiores de licenciatura.

Por quê? Porque nós vivemos no Brasil inteiro, não somente em Santa Catarina, uma fase em que os alunos que hoje acessam os cursos de formação de professores, realmente - como o nosso estudante, o nosso presidente falou -, evadem-se. Há uma evasão muito grande desses alunos, eles não persistem, desistem por falta de condições de pagamento do curso e por falta, às vezes, de atratividade da carreira. Então nós temos que repensar a questão da formação do professor em Santa Catarina, pensar a questão de maneira que ele possa acessar as licenciaturas, possa ficar nelas e possa ser continuamente ajudado em termos de cursos de formação continuada na rede pública. Temos que pensar na contínua capacitação.

E os 10% faltantes, para inteirar os 100%, seriam para beneficiar o professor na sua educação continuada e permanente, porque ele não pode ficar somente com a licenciatura. Ele tem que se especializar, ele tem que crescer, ele precisa se realimentar. É muito dinâmico o conhecimento!

Eu gostaria de dizer aos estudantes que nós vivemos um momento, de certa forma, promissor, esperançoso, em Santa Catarina. É isso que eu quero passar aos estudantes! Apesar de olharmos sempre para a Fazenda, sempre para os recursos, sempre para o Orçamento; apesar de tentarmos manter o pagamento do artigo 170, das bolsas do artigo 170, que sempre foi muito difícil - nós sabemos disso, vivemos orçamentos contingenciados não só em Santa Catarina, mas em todo o Brasil, quicá no mundo -, precisamos pensar que a regulamentação do artigo 171, a criação do seu fundo, dará esperanças e possibilidades a um número muito maior de catarinenses.

Hoje são trezentos mil estudantes, mas nós temos que ter um horizonte de dez anos, mais do que o dobro, mais ou menos oitocentos mil estudantes matriculados em algum curso superior, sob o risco, se isso não acontecer, de não entrarmos num projeto de modernização, de desenvolvimento, de modernização da ciência e da tecnologia, e de não conseguirmos firmar nossa cidadania. Hoje cidadania significa inclusão, conhecimento, participação, possibilidade de gerar conhecimento, gerar novas pesquisas. E essa esperança está na juventude. Essa esperança está nas mãos de vocês! Até na criação de novos cursos, novos currículos, novas formas de enfrentar - não só o mercado!

Aqui eu quero fazer uma distinção, especialmente para os alunos. Nós não podemos pensar em formação superior somente pela ótica da formação de recursos humanos para o mercado! Nós temos que ultrapassar essa fase. Nós temos que pensar na formação de pessoas, de cidadãos para um mundo em transformação. Que esse mundo seja mais incluyente, mais humano, mais justo, mais equitativo, que ele não alije, não tire a possibilidade de todos os cidadãos.

Então, nós sempre que pensar na formação de cidadãos competentes, humanos; superar a questão da formação somente de recursos humanos. Se olharmos só por essa ótica, não iremos longe. Temos que olhar, acima de tudo, a ótica social inclusiva, da formação do cidadão. Não podemos ser transformados em máquinas que dão resultados, e todos vocês aqui sabem disso, porque estudam, trabalham e refletem sobre a sua função, a sua vocação neste mundo. O jovem, principalmente, reflete sobre isso todos os dias. É muito mais do que formar recursos humanos a vocação de cada instituição de ensino superior, de cada universidade.

Então, gostaria de trazer primeiro a esperança de que estamos atentos, estamos vislumbrando terra firme no sentido de ampliar a possibilidade de mais estudantes com recursos, financiar o ensino superior desses estudantes, o que, com certeza, vai acontecer com muito mais facilidade com a regulamentação do Fundo que foi criado em 2006 por este governo, o artigo 171.

Muito obrigada a todos.

Fico à disposição para perguntas e esclarecimentos. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Darci de Matos) - Obrigado, professora Marileia.

Com a palavra o presidente da Ampesc, o professor Roque Antônio Mattei. Posteriormente, vamos abrir a palavra às pessoas interessadas em fazer perguntas ou observações.

O SR. ROQUE ANTÔNIO MATTEI - Quero cumprimentar o presidente da Comissão de Educação da Assembléia Legislativa, deputado Darci de Matos, a professora Marileia, os demais membros da mesa e autoridades, os estudantes, os professores, as professoras, enfim, todos que estão aqui neste momento tão importante para tratar de dois itens que resumem algo principal: o acesso e a permanência dos nossos estudantes num curso de graduação, que é o que o País está necessitando para poder acompanhar o desenvolvimento do mundo.

Vou falar um pouquinho em números. Hoje, sem as escolas privadas, o Brasil não vai conseguir cumprir nenhuma meta. Para se ter uma idéia de como está hoje a educação no nosso país, 70% das pessoas que estão cursando uma faculdade estão em escola privada.

Expandir a educação sem pensar em parceria público-privada, professora Marileia e deputado Darci, é impossível, e digo por quê. Para fazer uma UFSC, é uma fortuna; para manter uma UFSC, são R\$ 300 milhões por ano, para vinte mil alunos. Vocês acham que isso é possível? Vamos fazer uma pequena reflexão!

Hoje, ensino em nível médio tem para todo mundo, escola pública. O dinheiro não é suficiente, olhem a qualidade do ensino médio no nosso país! Se forem expandir universidade pública para todo mundo, vai ser o que é hoje o ensino médio, vamos ser francos. Hoje, com o nível que temos, é impossível colocar mais cinco milhões de alunos, porque somos cinco milhões fazendo faculdade. Tem que dobrar em dez anos! A meta era até 2010, mas colocar mais cinco milhões de pessoas na faculdade até 2010 sem pensar em parceria público-privada é inviável!

Eu quero cumprimentar o governo do Estado de Santa Catarina, que está saindo na frente nesse processo de regulamentação de artigos importantes da Constituição Estadual. O artigo 170, que já vem sendo utilizado há alguns anos graças à lucidez dos nossos deputados e do governo, já começou a aproximar a iniciativa privada desses recursos. Antes, há dois anos, esse dinheiro ia todo para outro sistema, o sistema fundacional, mas de lá para cá houve uma mudança na lei. E não é que foi dividido o bolo que tinha antes, não! O bolo que tinha antes continua o mesmo! O governo deu 10% para a iniciativa privada, os outros 90%, que era o dinheiro para o Sistema Acafe, continuam lá, não foram mexidos, foi ampliado o recurso em 10%, que veio para a iniciativa privada.

A nossa luta, e aí eu preciso do apoio de vocês, das lideranças, é mudar essa situação. Temos que começar a pensar no cidadão catarinense e não na instituição a, b ou c. O recurso do governo deveria ir para o cidadão, que teria a oportunidade de escolher a universidade, a faculdade que tivesse interesse. Não é isso? Assim, estamos obrigando um aluno que quer fazer um curso x, que só existe na universidade privada... Ele não pode, porque o governo não paga para ele fazer lá, tem que ir para outra.

Então o aluno, além de fazer uma outra faculdade, está sendo obrigado a fazer um curso que não tem nem vocação. Ele vai fazer porque é de graça, mas aí vai virar um profissional frustrado. Temos que pensar nisso.

O governo tem que pensar no cidadão, deputado Darci e professora Marileia!

Você aí que tem vontade de fazer o curso de Jornalismo, onde tem Jornalismo aqui na nossa cidade? Não tem de graça, tem? O governo deveria pensar assim: "Vocês querem fazer Jornalismo? Então vou dar um cheque para vocês, um voucher." Pronto! Não seria fácil? Esse dinheiro é carimbado para a faculdade a, então, só pode fazer de graça lá. Não! Vamos pensar diferente! É assim que funciona em países emergentes, em países de primeiro mundo. Se vocês pensarem, as melhores universidades do mundo são privadas, com a ajuda do governo, parceria público-privada. Pensem nisso.

Até meados da década passada, poucas faculdades privadas existiam no Brasil, as PUCs e as fundações, enfim, algumas. A partir daí, houve uma abertura para a iniciativa privada, porque o governo sabe que não dá conta sozinho, que não tem como.

Em 2000 surgiu a Ampesc, uma associação que congrega todas as faculdades privadas do Estado de Santa Catarina. Quando fundamos a Ampesc, tínhamos nessa rede nove faculdades privadas e em torno de cinco mil alunos. Hoje, somos oitenta mil alunos - vocês, da iniciativa privada, fazem parte de um contingente de oitenta mil alunos! - e quarenta mantenedoras, que são entidades que mantêm várias faculdades. Então, temos quarenta mantenedoras sócias, mas a nossa rede pelo Estado chega a setenta faculdades. Somos cinco mil professores. Hoje, cobrimos praticamente o Estado de Santa Catarina inteiro. Esses professores são especialistas, mestres e doutores, como os professores que vocês têm aqui no lelusc.

A professora Marileia falou de um dado importante também, que de 18 a 24 anos, o Brasil só está com 11% da população inserida. A média na América Latina, vocês sabem quanto é? Trinta por cento. Nós estamos atrás do Haiti em termos de educação superior. É vergonhoso! Gente, se pegarmos qualquer país vizinho nosso, nós estamos atrás!

Estou indo para a Argentina em setembro para fazermos um convênio com as entidades privadas de lá. Eles também têm uma associação parecida com a nossa. Eles ultrapassam quase 40% da população de 18 a 24 anos fazendo faculdade, e nós estamos com 14%, e desses 14%, não é só entre 18 a 24 anos. Olhem na faculdade de vocês que deve ter pessoas acima de 24 anos estudando.

Então, nesses trezentos mil que temos, tem um bom contingente de pessoas que deixaram passar o tempo e estão voltando para a faculdade. O Brasil precisa urgentemente ampliar o acesso e a permanência dos jovens e das pessoas que querem voltar para a faculdade. E novamente parabeno ao nosso governador, que vetou aquele artigo 171, porque não é justo faculdade de graça e pagar para morar em Florianópolis. É justo isso? Ou, então, ampliar uma rede e pagar para fazer prédios?! Não! Vamos pagar para o aluno estudar!

Eu quero que a professora Marileia e o deputado Darci levem a nossa mensagem ao governador, parabenizando-o pela lucidez que teve em vetar esses dois artigos.

Também quero agradecer ao deputado Darci, ao deputado Kennedy Nunes e ao deputado Nilson Gonçalves (sob a liderança do Darci), que se sensibilizaram quando a Ampesc foi procurá-los porque a Câmara dos Deputados estava favorável a quebrar o veto do governador.

Então, deputado Darci, mais uma vez eu agradeço a V.Exa., que nos ouviu e se sensibilizou com a nossa batalha no sentido de fazer com que mais cidadãos catarinenses tenham a possibilidade de fazer uma universidade de qualidade.

Em relação ao artigo 170, eu gostaria de colocar que o pessoal aqui do lelusc tem 35 bolsas, mas é uma pequena parcela que estamos recebendo. A Assembléia Legislativa vai fazer uma revisão na lei do artigo 170, e é preciso que cada um que está aqui presente participe disso. Em Florianópolis, eu aprendi que não basta a gente votar nos deputados, nós temos que dizer do que precisamos. Eles precisam conhecer os movimentos populares para poder auxiliar nas mudanças das leis.

Quando falei aqui que os recursos dos artigos 170 e 171 têm que ir para o cidadão catarinense, uma das pessoas que falou aqui na mesa colocou a questão de permanecer na sua região, fazendo o desenvolvimento regional, e é uma outra política forte do nosso governo promover o desenvolvimento regional. Mas nós só vamos promover o desenvolvimento regional se as pessoas permanecerem na sua localidade. Essa questão de contribuir para que o estudante permaneça na sua região fazendo uma universidade é de fundamental importância para o desenvolvimento de todas as regiões do Estado de Santa Catarina.

Eu quero agradecer ao Deputado Darci de Matos por trazer esse debate para a nossa região, pois assim os estudantes e a comunidade do norte catarinense ficam sabendo o que está acontecendo.

Quero lembrar a todos que este é um momento importante. Pensem que vocês ainda vão voltar para a faculdade, e, com certeza, poderão usufruir do artigo 171, por exemplo, com uma bolsa de pós-graduação. E pensem no futuro, vocês vão ter filhos, que também vão fazer uma faculdade. Ajudem-nos a fazer com que o artigo 171 seja aprovado o mais rápido possível e que o artigo 170 seja democratizado; que os recursos, próximos de 40 milhões, sejam distribuídos para o cidadão e não para a instituição.

Era isso que eu queria deixar como mensagem.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Darci de Matos) - Passo agora a palavra ao pessoal da plenária, por até dois minutos, para observações ou perguntas, que os membros da mesa responderão ao final. Pode ser?

Com a palavra a Ana Paula.

ANA PAULA KELLER - Boa-noite, deputado. Eu curso o terceiro ano de Jornalismo aqui na instituição.

Tenho duas perguntas. A primeira é a seguinte: quais serão os critérios com relação à distribuição desses valores? Por exemplo, tem doze universidades associadas à Acafe, como vai ser definido o critério para instituições associadas e instituições não associadas?

A segunda pergunta é quem são os membros do Conselho Estadual de Educação e se o Conselho está acompanhando essa parte do projeto que vai tramitar na Assembléia para depois ser sancionado pelo governador.

O SR. PRESIDENTE (deputado Darci de Matos) - Após a manifestação da plenária, vamos ver quem aqui da mesa pode responder à pergunta da Ana Paula.

A SRA. NARA DE LOURDES MEDEIROS - Boa-noite.

A minha filha tem que estudar o dia inteiro, por isso trabalha no período da noite. Mas como trabalhar no horário da noite se, por exemplo, tem que se empregar na área de produção? Hoje em dia, infelizmente, trabalhar numa empresa, na área de produção, é trabalho escravo, até para ir ao banheiro tem horário marcado, não é como o organismo pede, mas sim, como os patrões desejam.

Então, como uma pessoa vai trabalhar à noite e estudar o dia inteiro? Se não trabalhar, como vai pagar a faculdade? Diante dessa dificuldade, eu pergunto: por que ela não consegue uma bolsa de estudos? Onde estão essas vagas para os afrodescendentes? Onde estão essas vagas comentadas para as pessoas carentes? Mais carente do que isso, meu Deus do céu, não tem!

A minha filha não veio hoje aqui porque conseguiu uma vaga para trabalhar das 18h até a meia-noite para ganhar quatrocentos e poucos reais, mas a mensalidade é de setecentos e poucos. Onde estão essas vagas para as pessoas carentes?

O que eu tenho que fazer para conseguir uma bolsa, além de trabalhar? Eu estou trabalhando para ganhar um pouquinho e ajudar a minha filha, porque, além da mensalidade, tem xerox, pagamento da Internet, que não é barato, e se não tem computador em casa, tem que pagar para pesquisar fora. Ela não pode conseguir essa tal bolsa, que é para carentes? Então me ajude, digam para onde eu vou!

O SR. PRESIDENTE (deputado Darci de Matos) - Muito obrigado, Nara.

Com a palavra a Vivian.

VIVIAN LUISE WESTPHAL - Eu estou no segundo semestre de Publicidade e meu pai é professor universitário. Então, conheço mais ou menos os problemas, principalmente de capacitação de professores.

Eu queria saber por que antes de abrir vagas para universidades particulares não aumentam a qualidade de capacitação e a manutenção dos professores de escolas públicas básicas, já que o salário é muito baixo. Porque não é só passar na federal, é também se manter lá! Muita gente não consegue se manter tanto na federal como na particular, porque não tem o conhecimento, e não é só o conhecimento, é também o senso crítico com as coisas, o que as pessoas não têm, talvez para melhor controle dos políticos. Se não houvesse tanto desvio de verba e desigualdade de distribuição de salário, seria, sim, possível construir mais universidades federais. Acho que antes de investir em universidade particular é melhor investir em escolas públicas.

O SR. PRESIDENTE (deputado Darci de Matos) - Muito obrigado.

Com a palavra o Anderson.

O SR. ANDERSON ZENERE ANTONELLO - Eu também sou estudante do segundo semestre, colega da Vivian em Publicidade e Propaganda, e sou bolsista não pelo artigo 170, mas do ProUni, pelo Enem, e sei como é difícil conseguir uma bolsa - se não fosse por essa bolsa que eu tenho, não estaria estudando aqui.

O meu questionamento é direcionado para toda a mesa e é o seguinte: se grande parte dos acadêmicos da Universidade Federal possui condições para ter um carro, como a professora Clarice falou antes, e para pagar uma faculdade particular, por que continuam sendo beneficiados? Onde está o erro? No meu ponto de vista, a Federal é para pessoas que não possuem condições de pagar. Será que não deveria ser verificada mais de perto essa seleção feita, e eu não sei como é feita, e beneficiar somente aqueles que necessitam realmente, que são os alunos carentes?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (deputado Darci de Matos) - Com a palavra o Alecir Albanaz, da Associação de Moradores do São Marcos.

O SR. ALECIR ALBANAZ - Boa-noite a todos.

Deputado, o senhor teve a iniciativa de realizar esta grande reunião aqui e eu não poderia deixar de vir, porque tenho uma filha com 33 anos e paguei até então uma faculdade para ela estudar. Sou leigo no assunto, pois tenho somente o segundo ano, mas fazemos de tudo para que os filhos da gente não sejam leigos como os pais.

O que quero lhe dizer é o seguinte: minha filha estudou para ser professora, mas como ela não queria ser professora, eu disse para ela fazer um outro curso, então ela fez para ser advogada. Eu paguei até onde pude, até o segundo ano eu consegui pagar, e quando não pude mais, eu falei para ela: minha filha, até o segundo ano eu consegui pagar, são quase R\$ 900,00 por mês e não dá mais para pagar, você ganha pouco, ganha R\$ 600,00, não tem como pagar, e o pai não pode mais fazer isso. Então ela disse: pai, vou trancar as minhas aulas. E trancou. Isso ela fez no segundo ano, faltariam mais três.

Então gostaria de saber se terei a possibilidade de colocar minha filha nos estudos novamente?

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (deputado Darci de Matos) - Nosso último inscrito é o professor Cristo, presidente da Fundamas, a quem concedemos a palavra.

O SR. ALODIR ALVES DE CRISTO - Boa-noite a todos.

Gostaria de fazer uma colocação, até em relação à Universidade Federal, porque a gente tem feito alguns estudos em relação aos países latino-americanos e temos trabalhado muito com alguns dados da Unesco. O que me assusta, professor Roque, é o custo hoje da universidade federal brasileira, que por incrível que pareça custa quatro vezes mais que uma das melhores universidades dos Estados Unidos. Essa é uma coisa para se pensar.

E realmente o que me preocupa hoje é a gestão das universidades, e esse é um problema que precisamos trabalhar. E é lógico que não tem como nós sairmos para um processo de desenvolvimento se não fizermos as parcerias público-privadas. Hoje, a maioria dos estudantes carentes está nas universidades particulares, a maioria, e esses números que vocês colocaram é muito baixo, olhando a realidade brasileira. Eu diria que 85% dos alunos carentes estão nas universidades particulares.

Então, mais do que nunca esses recursos são poucos, exatamente pelo levantamento que temos em Joinville - foi o caso dessa mãe que colocou aqui. Realmente precisamos otimizar para que esses alunos tenham acesso a esse fundo.

Quería parabenizar o deputado Darci pela iniciativa e dizer que no que pudermos ajudar, como gestores de educação, estamos à disposição.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (deputado Darci de Matos) - Concedo a palavra ao professor Roque para que possa responder.

O SR. ROQUE ANTÔNIO MATTEI - Vou começar falando rapidamente da universidade pública.

Quero dizer que não sou contra ter universidade pública, pelo contrário. Tanto é que nós, do Sistema Ampesc, estamos apoiando a vinda da Universidade Federal. Nós não somos contra ter ensino público e gratuito, pelo contrário. Só estou colocando que é impossível o governo assumir todo mundo. Não dá! Eu não entrei nessa seara que o professor Cristo falou, do custo, porque seria outro assunto polêmico para trazer para cá, mas isso é verdade: hoje, o custo de um aluno de uma universidade pública é quatro ou cinco vezes mais alto que o de um aluno de uma universidade privada.

Então, respondendo à moça que perguntou, apenas quero frisar que não sou contra, pelo contrário. Gostaria que tivesse para todo mundo, nesse nível aí, mas não tem condições de fazer. Estou só dizendo que queremos ser parceiros, que queremos ajudar. Pode ter universidade pública, mas não vai ter para mais cinco milhões de pessoas até 2010. Vamos fazer como? Não vai ter outra saída, terá que ser parceiro da universidade privada. Como? O que o governo do Estado de Santa Catarina está fazendo é uma excelente saída para fazer com que esse contingente enorme da população, como aquela senhora colocou a respeito da filha, como o senhor colocou a respeito do filho, volte a fazer uma universidade. É isso o que queremos, oferecer...

Eu tenho um dado para vocês. Hoje, na nossa rede Ampesc - e vocês podem constatar isso na sala de aula -, quantas vagas poderiam estar sendo preenchidas, quantas não foram preenchidas no vestibular? São 50 mil na Rede Ampesc e se não estou enganado na rede Acafe são 54 mil vagas que não são preenchidas. Para que fazer novas? Compre essas vagas da gente, elas estão ali, prontinhas. Todas as vagas que hoje existem no sistema brasileiro foram autorizadas pelo MEC, e para isso eles certificam a universidade. Ninguém está cursando uma universidade superior que não tenha a credencial do MEC, todas têm. Então, o que nós queremos é aproximar todas as redes para que num mutirão consigamos dar conta de colocar o nosso país na posição em que deveria estar, e nós queremos ser um país emergente e competir mundialmente com os outros países. Caso contrário, perderemos novamente aquele famoso bonde da história.

Então, essa é uma opção que o governo tem, e acho que aqui em Santa Catarina ele está fazendo corretamente, assim como o governo federal com o ProUni. Acho que essas são saídas inteligentes. Nós temos uma rede e queremos estar parceiros.

Foi colocado também a questão do Conselho Estadual. Eu sou um dos conselheiros e o Conselho está a par do que está acontecendo, está acompanhando, e eu, *pari passu*, estou acompanhando e mobilizando a Assembléia quando for necessário. Queremos fazer realmente o melhor para a comunidade.

Se houver mais algum questionamento, depois posso voltar a falar. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (deputado Darci de Matos) - Obrigado, professor Roque.

Concedo a palavra à professora Marileia, para a sua saudação final.

A SRA. MARILEIA GASTALDI MACHADO LOPES - Antes de fazer o agradecimento final, gostaria de responder a nossa quase jornalista Ana Keller. Ela perguntou sobre o percentual de distribuição do Fundo 171, se todas as instituições comunitárias e privadas poderão acessar. Digo que todas, ele será igualitário, porém o aluno responderá a alguns critérios estabelecidos, principalmente o critério de carência.

Com isso já respondo também a nossa aluna, que falou da sua filha, que pleiteia uma bolsa, que necessita, não é, Nara? Os critérios são padronizados de carência; a carência vai se estabelecendo numa graduação e tem que atingir esses critérios.

Eu gostaria de agradecer a todos vocês que nos privilegiam com essa importante participação e dizer para continuarem participando das audiências. Essa é uma grande iniciativa da Assembléia, do nosso deputado, especialmente em se tratando da discussão e regulamentação do artigo 171, porque é muito importante que a sociedade catarinense participe e se explicita para que possamos fazer uma regulamentação que produza a inclusão a fim de que, num horizonte bem curto, tenhamos mais alunos no ensino superior de Santa Catarina, que possamos ampliar esses 14% e chegar, em poucos anos, a 30%, como outros países da América Latina.

Muito obrigada pela oportunidade e sempre trago o meu abraço de esperança na construção de um ensino superior melhor.

O SR. PRESIDENTE (deputado Darci de Matos) - Com a palavra o Alvaro, representante dos estudantes.

ÁLVARO POLESE - Só gostaria de fazer alguns esclarecimentos, e um deles em relação ao que a Nara colocou.

Infelizmente existe uma meta e o índice de carência chega a três pontos. É feita toda uma base de cálculo, uma análise de documentos e é avaliado se esse aluno realmente é carente ou não. Mas sabemos, e vimos, que alguns que recebem bolsa não são carentes. Digo a vocês que para isso cabe denúncia.

Em muitos setores nós nos calam e vemos pessoas deixando de estar dentro de uma universidade porque alguns outros burlam a lei e não apresentam todos os documentos. E cabe também a nós, acadêmicos, fazermos a denúncia na comissão de bolsas que as faculdades e as universidades possuem. Só na Univille retiramos mais de cinquenta bolsas de estudo de alunos que não precisavam. Então, são cinquenta novos alunos, e um deles poderia ser a filha da Nara. Isso serve como um motivo de reflexão para nós.

Hoje temos R\$ 32 milhões para bolsa de estudos, e com esse projeto aprovado vamos para mais ou menos em torno de R\$ 50 milhões, não é deputado? Esse índice de carência, o último aprovado, chegou em torno de 1,4. Então você imagina: se são três pontos percentuais, o dinheiro conseguiu abranger até 1,4 percentual. E se você partiu desse ponto, acaba ficando sem bolsa. A intenção, e obviamente vai ser feita uma discussão aprofundada e com vocês junto, seria diminuir os 50% para 30%, mais ou menos, porque aí você acaba abrangendo muito mais alunos e dando mais acesso a eles. A isso eu chamo de democratização do ensino.

E hoje, professora, eu dizia que uma das nossas palavras de ordem seria ensino público gratuito e de qualidade. Eu acho que a gente pode ter um ensino gratuito e de qualidade e não necessariamente público. A parceria é uma coisa que pode ser feita, pode ser estudada, pode ser amadurecida.

Nós estaremos discutindo aqui em Joinville a reforma universitária. Eu sou acadêmico de Direito na Univille e estou à disposição de vocês para qualquer coisa que precisarem. Eu moro, resido em Joinville, obviamente que às vezes viajamos para fazer alguma representação, mas estaremos trazendo para Joinville essa discussão, na qual hoje se coloca para até 2008 mais seiscentas mil vagas gratuitas para os alunos, bem como a implementação de cotas nas universidades federais, que é uma coisa que se discute para alunos oriundos das escolas públicas.

Com isso também tem a capacitação. Hoje se fala em federalizar algumas universidades, então por que não dar gratuidade aos que estudam licenciatura, que é aquele que entra para cursar Matemática, paga R\$ 700,00 de mensalidade e sai para ganhar R\$ 500,00?

Então, por que não fazer uma avaliação geral? E tudo isso vamos estar discutir futuramente com todos vocês.

Obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (deputado Darci de Matos) - Eu desejo, rapidamente, contribuir na resposta à indagação da Ana Keller, professora Marileia. Pareceu-me que a preocupação é com relação aos critérios, especificamente no que diz respeito aos valores, porque 90% do artigo 170 vai para as universidades da Acafe e 10% para a Ampesc. Então o artigo 171 será distribuído de forma igualitária com todas as instituições.

Em segundo lugar, não temos dúvidas que precisamos implementar ações no sentido de melhorar a qualidade do ensino fundamental e do ensino médio, a fim de que tenhamos universitários com qualidade, profissionais com qualidade.

O acesso à universidade federal é constitucional, mas nós achamos injusto, porque temos lá 80% que têm condições de pagar e não pagam. Agora, com as cotas em nível de Estado na UFSC, do índio, do afro, dos estudantes oriundos de escolas públicas, está-se democratizando um pouco mais o acesso.

Quero encerrar dizendo o seguinte: a audiência pública cumpre o papel de proporcionar o debate para que possamos aprender, entender melhor e levar a posição dos senhores e das senhoras para o Parlamento catarinense. E pudemos aqui constatar que há uma diversidade de idéias no que diz respeito à instituição pública e privada, aos artigos 170 e 171. Isso é importante e a democracia dá condições a todos de colocarem suas idéias.

Agora, no que diz respeito à escola pública e privada, à universidade pública ou privada, todas têm a sua importância, e ninguém aqui está contra ou a favor de quem quer que seja. A universidade pública tem o seu papel e tem um outro enfoque; a universidade regional cumpre o seu papel; a faculdade privada cumpre um papel importante e fundamental; enfim, todas têm uma importância cabal no seu contexto.

Ante de encerrar gostaria de fazer menção, professora Marileia, à exposição que até nos tocou profundamente da mãe de uma estudante, da Nara, e do Albanaz. Eu tenho a convicção, Nara e Albanaz, que o que nos move são problemas, são situações como essas que vocês colocaram aqui. É isso o que faz com que a gente saia de casa cedo, tenha esperança e lute. É o caso da filha da Nara, que tem que estudar o dia inteiro e buscar um trabalho à noite para poder se manter na universidade.

Essa é a situação da grande maioria do povo brasileiro, infelizmente. A sua filha ainda estuda com dificuldades, mas milhares de estudantes brasileiros desistiram ou nem chegaram à universidade porque não têm condições de pagar ou ainda não têm acesso à Federal. No caso da sua filha, Albanaz, deve ser muito triste ela chegar em casa e dizer que vai precisar trancar a faculdade, que não pode mais estudar porque não tem dinheiro! E mais triste ainda com o pai dizendo que também não tem recursos!

Então, em virtude disso, por essas pessoas carentes, não é, professora Marileia, é que nós lutamos, é que nós estamos aqui, é que nós trabalhamos. Quer dizer, é esse tipo de situação que nos move, Albanaz.

Então, valeu a pena a realização desta audiência pública e vale a pena nós lutarmos por aquelas famílias carentes, principalmente pelos filhos dos trabalhadores que têm que trancar sua faculdade ou que nem sequer têm acesso a uma faculdade pública e muito menos a uma privada. Por isso nós estamos na Assembléia Legislativa, que a professora Marileia está na Secretaria da Educação, que o professor Roque está na Ampesc, que a Clarice está na Gered, que a professora Dalila está na Câmara de Vereadores, que tem o Ielusc, a instituição que defende os estudantes, enfim, que estamos todos lutando, trabalhando e debatendo para que possamos incluir e dar cidadania ao povo catarinense. Essa é a bandeira de todos nós, isso é o que nos move e que faz com que continuemos lutando.

Agradecemos mais uma vez pela presença de todos e parabéns por vocês terem ficado até este momento para debater o ensino superior em Santa Catarina.

Obrigado a todos e damos por encerrada esta audiência pública. (Palmas.)

DEPUTADO DARCI DE MATOS
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
*** X X X ***

MENSAGENS GOVERNAMENTAIS

GABINETE DO GOVERNADOR

MENSAGEM Nº 274

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Em estrita observância às determinações contidas nos artigos 40, inciso IV, alínea "c", e 70 da Constituição Estadual, comunico a essa Augusta casa Legislativa que devo ausentar-me do País, entre os dias 21 de outubro a 02 de novembro do corrente ano, com destino à Rússia, ao Japão e aos Estados Unidos da América, cumprindo agenda constante no roteiro anexo, com o objetivo de manter contatos com autoridades e organismos públicos e privados desses países, visando atrair investimentos para o Estado e estreitar a cooperação nos campos do turismo e dos negócios.

Outrossim, solicito a Vossa Excelência a indicação de dois parlamentares para integrarem a comitiva governamental nos eventos oficiais.

Florianópolis, 25 de setembro de 2007
LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA
Governador do Estado

Lido no Expediente
Sessão de 26/09/07

VIAGEM DO GOVERNADOR LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA RÚSSIA, JAPÃO E EUA

Período: 21 de outubro a 02 de novembro de 2007

- Dia 21 de outubro (domingo) - São Paulo/Frankfurt**
• 19:20h - Embarque de São Paulo para Frankfurt pelo voo LH 503
Dia 22 de outubro (segunda-feira) - Frankfurt/Moscou
• 10:35h - Chegada em Frankfurt
• 13:05h - Embarque de Frankfurt para Moscou pelo voo LH 3186
• 18:05h - Chegada em Moscou - Aeroporto Sheremetyevo
Instalação no Hotel
• Encontro com Embaixador do Brasil
Dia 23 de outubro (terça-feira) - Moscou
• Encontro com parceiros culturais e comerciais
• Apresentação cultural

Dia 24 de outubro (quarta-feira) - Moscou/Tóquio

- 16:30 - Deslocamento para o Aeroporto
- 17:15h - Chegada no aeroporto
- 19:20h - Embarque de Moscou para Tóquio pelo voo SU 583

Dia 25 de outubro (quinta-feira) - Tóquio

- 10:00h - Chegada em Tóquio - Aeroporto Narita
- Instalação no Hotel
- Visita à Órgãos Governamentais

Dia 26 de outubro (sexta-feira) - Tóquio

- Visita à Instituto de Crédito e parceiros comerciais

Dia 27 de outubro (sábado) - Tóquio/Los Angeles

- Compromissos oficiais
- 17:25h - Embarque de Tóquio para Los Angeles pelo voo JL 062

Dia 28 de outubro (domingo) - Los Angeles

- 11:20h - Chegada em Los Angeles
- Instalação no Hotel

Dia 29 de outubro (segunda-feira) - Los Angeles

- Participação no evento "State of the State".

Dia 30 de outubro (terça-feira) - Los Angeles

- Reunião no Instituto Milken - Cooperação Califórnia/Santa Catarina

Dia 31 de outubro (quarta-feira) - Los Angeles/Miami

- 09:10h - Embarque de Los Angeles para Miami pelo voo AA 280
- 17:05h - Chegada em Miami
- Instalação no Hotel

Dia 01 de novembro (quinta-feira) - Miami/São Paulo

- Participação como palestrante na ADVB em Miami
- 21:20h - Embarque de Miami para São Paulo pelo voo JJ 8091

Dia 02 de novembro (sexta-feira) - São Paulo/Florianópolis

- 06:30: - Chegada em São Paulo
- 08:10h - Embarque de São Paulo para Florianópolis pelo voo JJ 3099
- 09:15h - Chegada em Florianópolis

*** X X X ***

MENSAGEM Nº 276**VETO TOTAL AO PL 102/07**

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE,
SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO

No uso da competência privativa que me é outorgada pelo § 1º do, ART. 54 da Constituição Estadual, comunico a esse colendo Poder Legislativo que decidi vetar totalmente o autógrafo do projeto de lei que "Dispõe sobre a fixação de cartazes nos veículos de transporte coletivo, nas estações rodoviárias, nos aeroportos e outros recintos, dos nomes e fotos das crianças desaparecidas", por ser inconstitucional.

O parecer da Procuradoria Geral do Estado, o qual acato e permito-me incluir como parte integrante desta Mensagem, fornece os elementos justificadores do veto.

Florianópolis, 25 de setembro de 2007

LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA
Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 26/09/07

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Parecer nº **PAR 387/07**

Processo nº PPG 6205/077

Origem: Secretaria de Estado da Coordenação e Articulação

EMENTA: Autógrafo aprovado pela Assembleia Legislativa. Projeto de iniciativa parlamentar.
Ampliação de atribuições de órgão público.
Criação de despesas em projeto cuja iniciativa compete do Governador do Estado.
Vício de inconstitucionalidade.
Recomendação de veto.

Senhor Procurador-Geral

Atendendo à solicitação contida no Ofício nº 522/CC - DIAL-GEMAT, de 06 de setembro de 2007, a secretaria de Estado da Coordenação e Articulação requer a manifestação desta Procuradoria sobre o autógrafo do projeto de lei de iniciativa parlamentar, que "Dispõe sobre a fixação de cartazes nos veículos de transporte coletivo, nas estações rodoviárias, nos aeroportos e outros recintos, dos nomes e fotos das crianças desaparecidas".

Da leitura do texto aprovado pela Assembleia Legislativa, constatamos que seu art. 2º cria atribuições para a Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão, nos seguintes termos:

"Art. 2º - Caberá à Secretaria de Estado de Segurança Pública, através das delegacias, em parceria com órgãos governamentais e não-governamentais, a criação de mecanismos para publicação de fotos com identificação das crianças desaparecidas, bem como a distribuição e colagem dos cartazes nos locais indicados".

O desempenho das atividades inseridas no dispositivo acima importa na criação de uma estrutura física e de recursos humanos, além de exigir a destinação de recursos financeiros para a sua execução, o que equivale ao processo de criação de órgão público.

Para Hely Lopes Meirelles, os órgãos públicos "São centros de competência instituídos para o desempenho de funções estatais, através de seus agentes, cuja atuação é imputada à pessoa jurídica a que pertencem. São unidades de ação com atribuições específicas na organização estatal" (Direito Administrativo Brasileiro, Malheiros Editores, 25ª ed., ano 2000, pág. 62/63).

O conjunto de atribuições criadas pelo art. 2º, do Autógrafo do Projeto de Lei nº 102/07, representa a criação de uma nova estrutura, que irá se incorporar ao órgão existente, de sorte que essa ampliação tem por consequência o surgimento de nova unidade de ação do órgão.

Nesse contexto, a medida legislativa ora aprovada, por ter criado uma parte do órgão mediante ampliação de sua estrutura, deveria ter observado a regra inscrita no art. 50, § 2º, inciso VI, da Constituição do Estado, que reproduz as disposições do art. 61, § 1º, inciso II, alínea "e", da Carta Federal, que assim dispõe:

§ 1º - São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

II - disponham sobre:
.....
e) criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 84, VI".

O art., inciso VI, a sua vez, estabelece o seguinte:

"Art. 84 - Compete privativamente ao Presidente da República:

VI - dispor, mediante decreto, sobre:

....."

a) organização e funcionamento da administração federal, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos;

....."

A matéria já foi objeto de deliberação pelo Supremo Tribunal Federal, que reafirma a inconstitucionalidade de projetos de lei de origem parlamentar que, de alguma maneira, ampliam ou modificam as atribuições de órgãos públicos, conforme se verifica dos seguintes excertos:

"Segundo a Carta da República, incumbe ao chefe do Poder Executivo deflagrar o processo legislativo que envolva órgão da Administração Pública, alínea e do § 1º do artigo 61 da Constituição Federal"(ADI 2.799-MC, Rel. Min. Marco Aurélio, julgamento em 1º-4-04, DJ de 21-5-04).

"Compete privativamente ao Poder Executivo(CF, alínea e do inciso II do § 1º do artigo 61) a iniciativa de projeto de lei que confere atribuição a órgãos subordinados ao Governador do Estado"(ADI 2.443-MC, Rel. Min. Maurício Corrêa, julgamento em 7-6-01, DJ de 29-8-03).

"É indispensável a iniciativa do chefe do Poder Executivo (mediante projeto de lei ou mesmo, após a EC 32/01, por meio de decreto) na elaboração de normas que de alguma forma **remodelem as atribuições de órgão** pertencente à estrutura administrativa de determinada unidade da Federação" (ADI 3.254, Rel. Min. Ellen Gracie, julgamento em 16-11-05, DJ de 2-12-05).

Ademais, a medida legislativa proposta também poderá importar aumento de despesa pública, em afronta ao art. 63, "caput" e inciso I, da Constituição Federal, e art. 52, inciso I, da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Observa-se ainda que o projeto, no ponto referente à geração de despesa para o Poder Executivo, incorre em desrespeito ao princípio orçamentário de que trata o art. 167, inciso II, constituição Federal, o qual veda a realização de despesas superiores aos créditos orçamentários ou adicionais.

Nesse aspecto, o fato de a lei aprovada pela Assembleia Legislativa se referir à dotação orçamentária da própria Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão, bem como a abertura de crédito suplementar, não estaria afastado o defeito de inconstitucionalidade, porquanto as verbas daquela secretaria já contam com destinação específica, sendo certo que a autorização para eventual suplementação não supre a omissão financeira.

Portanto, a proposição incorre em vício de inconstitucionalidade, uma vez que a iniciativa para propor leis que discorram sobre a criação de órgãos públicos, ou parte deles, está afeta exclusivamente ao Governador do Estado, conforme se depreende do disposto no art. 61, § 1º, inciso II, alínea "e", Carta Magna, e no art. 50, § 2º, inciso VI, da Constituição Estadual.

Aliada a essa circunstância que compromete a validade da proposição parlamentar, o projeto contém vício de inconstitucionalidade pelo simples fato de criar despesas públicas não contemplada na lei orçamentária, afrontando as disposições do art. 167, inciso II, da Constituição da República, e art. 123, inciso III, da Carta Estadual.

Em que pesem a relevância da matéria, que está cercada de forte apelo humanitário, e a louvável iniciativa do nobre parlamentar que subscreveu a proposição, a mera constatação da existência de dispositivo de lei que estabeleçam conflito com as disposições constitucionais impõe a adoção de providências no sentido de retirar-lo do ordenamento jurídico, porque há vício de inconstitucionalidade que compromete a sua eficácia.

O projeto aprovado pela Assembléia Legislativa foi remetido para exame e parecer da Procuradoria Geral do Estado, a fim de orientar a decisão do Senhor Governador do Estado, tendo em vista o que estabelece o art. 54, § 1º, da Constituição do Estado, "verbis":

"Art. 54 - concluída a votação e aprovado o projeto de lei, a Assembléia Legislativa o encaminhará ao Governador do Estado para sanção.

§ 1º - Se o Governador do Estado considerar o projeto, no todo ou em parte, **inconstitucional** ou **contrário ao interesse público**, vetá-lo-á total ou parcialmente, no prazo de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará dentro de quarenta e oito horas ao Presidente da Assembléia os motivos do veto".

A verificação da inconstitucionalidade ou da contrariedade ao interesse público é função que não está sujeita ao exclusivo critério discricionário ou ao juízo político do Governador do Estado, cabendo a este apenas a constatação fática de que alguma disposição legal não está em conformidade com os preceitos constitucionais ou são considerados contrários ao interesse público.

Isto porque, ainda que se justifique a necessidade de edição de lei, não cabe à autoridade que possui poder de veto a formulação de um juízo eminentemente discricionário quanto a sua conveniência, eis que deve prevalecer o princípio da supremacia das normas constitucionais sobre as demais.

Aliás, o poder de veto atribuído ao Governador do Estado faz com que seja especialmente necessário o seu regular exercício de pleno controle da constitucionalidade das leis, a fim de, como lembra Kelsen, evitar "atentado à fronteira politicamente tão importante entre a esfera do governo e a esfera do parlamento".

Com efeito, a verificação da constitucionalidade das leis é procedimento de observância obrigatória, que não se submete à discricionariedade ou ao juízo político do Governador do Estado, cabendo a este um juízo de ponderação de valores apenas na verificação do interesse público.

A vista da incompatibilidade das normas da proposição parlamentar diante do texto constitucional, conforme demonstrado precedentemente, recomendamos a aposição de veto ao Autógrafo do Projeto de Lei nº 102/07, nos termos do art. 54, § 1º, da Constituição Estadual.

Estas são a considerações de ordem jurídica que submetemos à deliberação de Vossa Excelência.

Florianópolis, 18 de setembro de 2007.

Silvio Varela Junior
Procurador Administrativo

PPGE nº 6202/077

Assunto: Autógrafo. Projeto de iniciativa parlamentar. Ampliação de atribuições de órgão público. Vício de inconstitucionalidade. Recomendação de veto.

Interessado: Secretaria de Estado da Coordenação e Articulação.

DESPACHO

Acolho a manifestação do Procurador-Chefe da Consultoria Jurídica, Leandro Zanini, referente ao **Parecer 387/07**, às fls 10/12, da lavra do Procurador Administrativo Silvio Varela Júnior.

Encaminha-se ao Secretário de Estado da Coordenação e Articulação.

Florianópolis, 19 de setembro de 2007.

ADRIANO ZANOTTO

Procurador-geral do Estado

AUTÓGRAFO DO PROJETO DE LEI N. 102/07

Dispõe sobre a fixação de cartazes nos veículos de transporte coletivo, nas estações rodoviárias, nos aeroportos e outros recintos, dos nomes e fotos das crianças desaparecidas.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º. Fica determinado a fixação de cartazes nos veículos de transporte coletivo, nas estações rodoviárias, nos aeroportos e outros recintos de grande concentração ou circulação de pessoas, os nomes e as fotografias das crianças desaparecidas, segundo disposições das autoridades estaduais ou municipais.

Parágrafo único. Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até 14 (quatorze) anos incompletos na data do desaparecimento.

Art. 2º Caberá à Secretaria de Estado de Segurança Pública, através das Delegacias, em parcerias com órgãos governamentais e não-governamentais, a criação de mecanismos para publicação de fotos com identificação das crianças desaparecidas, bem como a distribuição e colagem dos cartazes nos locais indicados.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei, correrão à conta de dotações orçamentárias próprias da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa do Cidadão, suplementadas se necessário.

Art. 4º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de 90 (noventa) dias corridos da publicação.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 03 de setembro de 2007

Deputado Julio Garcia - Presidente

Deputado Rogério Mendonça - 1º Secretário

Deputado Antônio Aguiar - 4º Secretário

*** X X X ***

OFÍCIO

OFÍCIO Nº 107/07
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Secretaria do Tribunal Pleno

Ofício nº 251/2007/TP

Florianópolis, 17 de setembro de 2007.

Excelentíssimo Senhor

Deputado Julio Garcia

Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina

Nesta

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para ciência, cópia do acórdão prolatado nos autos da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2004025310-9, de Tribunal, em que é requerente o Coordenador Geral de Controle de Constitucionalidade (CECCON), conforme o estabelecido no art. 40, XIII, c/c com o artigo 85 § 2º, ambos da Constituição Estadual.

No ensejo, reitero protestos de elevada estima e distinta consideração.

Desembargador Rui Fortes

RELATOR

Lido no Expediente

Sessão de 25/09/07

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 461/2007

Declara de utilidade pública o Hospital Arquidiocesano Cônsul Carlos Renaux, com sede no município de Brusque.

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Hospital Arquidiocesano Cônsul Carlos Renaux, com sede no município de Brusque.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data da publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Dagomar Carneiro

Lido no Expediente

Sessão de 26/09/07

JUSTIFICATIVA

Encaminho à consideração dos Nobres Pares o projeto de lei que visa declarar de utilidade pública estadual o Hospital Arquidiocesano Cônsul Carlos Renaux, com sede no município de Brusque.

Trata-se de uma entidade civil, sem fins lucrativos, de duração indeterminada, de caráter beneficente e de assistência social, que tem por finalidade precípua a assistência médico-hospitalar, recuperação da saúde e pesquisas no campo da saúde.

Para dar continuidade a estas dignas ações de interesse público, faz-se necessário que a referida entidade seja reconhecida de utilidade pública estadual.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 462/2007

Autoriza o Poder Executivo a Criar o Programa de Reprodução Assistida no Sistema Único de Saúde no Estado de Santa Catarina e dá outras providências.

Art. 1º Autoriza o Governo do Estado a Criar o Programa de Reprodução Assistida no Sistema Único de Saúde, a ser desenvolvido pelos estabelecimentos e conveniados à Secretaria de Estado da Saúde;

Art. 2º São objetivos do programa instituído no artigo anterior:

I - introduzir e garantir a oferta de atendimento ao usuário que necessite de auxílio na reprodução humana assistida;

II - prestar auxílio, assistência e orientação especializada dos órgãos de saúde à pessoa com problemas de fertilidade;

III - desenvolver projetos e ações destinados à garantia da saúde reprodutiva;

IV - oferecer técnicas de reprodução assistida a pessoas portadoras de doenças genéticas e infecto-contagiosas;

V - oferecer atendimento destinado a procedimentos de atenção básica à alta complexidade.

Art. 3º Dentre as ações de auxílio, assistência e orientação, destacam-se:

I - a oferta de atendimento médico e laboratorial especializado na rede pública de saúde;

II - a oferta de atendimento assistencial, psicológico e terapêutico;

Art. 4º Para a realização dos objetivos previstos neste Programa, o Poder Público firmará convênios e parcerias com entidades públicas ou privadas, governamentais ou não-governamentais.

Art.5º Esta lei será regulamentada pelo Poder Executivo, no prazo de 180 dias de sua publicação;

Art.6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em

Ana Paula Lima

Deputada Estadual

Lido no Expediente

Sessão de 26/09/07

JUSTIFICATIVA

O presente projeto de lei destina-se a incluir na rede pública de atendimento à saúde, programa específico de auxílio e atendimento à reprodução assistida, garantindo à pessoa com problemas de fertilidade a devida atenção, auxílio e tratamento do Sistema Único de Saúde;

Segundo a Organização Mundial de Saúde e sociedades científicas, entre 8% e 15% dos casais tem algum problema de infertilidade definindo-se infertilidade como a incapacidade de um casal engravidar após 12 meses de relações sexuais regulares sem uso de contracepção.

Só um casal sem filhos sabe da ansiedade gerada pela falta dos mesmos e das conseqüentes cobranças dos familiares, amigos e por fim de um cônjuge para outro. Atribui-se que nos EUA (no Brasil não temos estatística divulgada), 25% dos casamentos são desfeitos por conflitos gerados pela ausência de gravidez.

Hoje, com a divulgação de sofisticadas técnicas de reprodução assistida, aumentou em muito a ansiedade dos casais desprovidos de recursos em nosso país. São poucos os casais que podem recorrer às citadas técnicas. Torna-se obrigação do Estado implantar no serviço público esse atendimento, que terá como objetivo oferecer novas esperanças, através de novidades científicas nas áreas de medicação, cirurgia e fertilização assistida.

Muitos Estados Brasileiros já mantêm atendimento público nesta área. É o caso, por exemplo, de nosso Estado vizinho o Rio Grande do Sul.

Estamos convencidos de que esta Política permitirá a realização dos sonhos de centenas de catarinenses.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 463

Concede Título de Cidadão Catarinense ao Senhor Silvino Santiago Fernandez Goulart.

Art. 1º Fica concedido o título de Cidadão Catarinense ao Senhor Silvino Santiago Fernandez Goulart.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Professor Grandó

Lido no Expediente

Sessão de 26/09/07

JUSTIFICATIVA

O presente projeto de lei tem por objetivo conceder o Título de Cidadão Catarinense ao Senhor Silvino Santiago Fernandez Goulart, natural do município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, por seus relevantes trabalhos prestados à cultura e ao jornalismo catarinense, e por sua trajetória pessoal e profissional em Santa Catarina. De acordo com a biografia resumida em anexo, Silvino Santiago Fernandez Goulart, conhecido no meio cultural e jornalístico como Barão, possui destacada atuação, inclusive inovando na arte ao produzir esculturas belíssimas, utilizando como matéria-prima materiais orgânicos (ossos de baleias e outros animais, encontrados na natureza). A homenagem que se pretende prestar a Silvino Santiago Fernandez Goulart, é uma forma de agradecer e homenagear todos os artistas, e também os jornalistas, que representam o Estado e o Brasil. É o reconhecimento a todos aqueles que fazem da produção cultural uma linguagem, uma forma de luta por um mundo melhor, em comunhão com a natureza.

Ante o exposto, consideramos justo que este Parlamento lhe conceda o título de "Cidadão Catarinense".

*** X X X ***

REQUERIMENTO**REQUERIMENTO Nº 029/2007**

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
QS/992.4/2007

REQUERIMENTO

O Deputado que este subscreve, com amparo no Art. 40 do Regimento Interno, REQUER a Constituição do "fórum Permanente de acompanhamento da situação energética do estado de Santa Catarina", pelos fatos abaixo descritos:

Santa Catarina, pela Constituição do seu subsolo, dos seus mananciais hídricos e posição geográfica, detém rico potencial energético para aproveitamento tanto em tecnologias tradicionais como a extração do carvão mineral, a construção de idrelétricas de diferentes portes e para a exploração de energia alternativas - como a solar e a eólica. Entretanto, falta uma política de Estado que, em parceria com o setor privado, dê ordenamento e estratégia para este setor tão vital, como o energético.

Mais recentemente, veio à tona a questão das pequenas centrais hidrelétricas (PChs) de Santa Catarina, financiadas pelo setor privado e que enfrentam situação de impasse, já que o governo Estadual não forneceu, ainda, a competente **demand outorgada**, que permite o funcionamento daquelas unidades. O governo, por sua vez, atribui a responsabilidade do impasse ao Conselho Estadual do meio ambiente, que ainda não teria dado seu parecer favorável ao funcionamento das PChs.

A questão torna-se ainda mais grave se levarmos em conta o total descompasso entre a crescente demanda de energia (em especial, na industrializada região Nordeste do Estado) e a possibilidade de oferta, prevista, por parte da Centrais elétricas de Santa Catarina (Celesc). tudo isso leva a um horizonte incerto e preocupante.

Assim sendo, entendemos que, mais do que nunca, é essencial que este Parlamento, como expressão dos anseios e preocupações da sociedade catarinense, participe ativamente de todas as discussões e busca de soluções para o segmento energético de Santa Catarina, através de um **Fórum de Acompanhamento**, já se antevendo a necessidade de criação de uma política específica para o setor.

Sala das Sessões, em

Deputado Silvio Dreveck

Deputado Sergio Grandó

Deputado Renato Hinnig

Deputado Valmir Comin

Deputado Joares Ponticelli

Deputado Genésio Goulart

Deputado Pedro Uczai

Deputado Kennedy Nunes

*** X X X ***

RESOLUÇÃO**RESOLUÇÃO N. 007, DE 2007**

Faço saber que a Assembléia Legislativa, usando da prerrogativa outorgada pelo art. 48, inciso VIII, da Constituição do Estado, aprovou e eu, Deputado Julio Garcia, Presidente, nos termos do art. 61, inciso XV, do Regimento Interno, promulgo a seguinte Resolução:

Dispõe sobre a concessão de vantagem pessoal temporária não incorporável.

Art. 1º O servidor designado para funções de confiança previstas no Ato da Mesa nº 384, de 04 de dezembro de 2006, e para as previstas no Anexo III-C, da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006, alterada pela Resolução nº 04, de 31 de janeiro de 2006, exceto as de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar e que, por força de ato próprio perder essa condição, terá os valores das respectivas gratificações transformados em vantagem pessoal temporária não incorporável.

§ 1º O servidor designado para as funções de confiança previstas no Anexo III-C da Resolução nº 02, de 2006, alterada pela Resolução nº 04, de 2006, fará jus à vantagem pessoal de que trata o *caput* deste artigo somente no caso de a perda dessa condição ter ocorrido até o início da eficácia do Ato da Mesa nº 175, de 30 de agosto de 2007.

§ 2º Será descontado da vantagem pessoal temporária decorrente do Ato da Mesa nº 384, de 2006, o total dos valores percebidos pelo exercício da mesma função de confiança quando de designação formalizada a partir da eficácia desta Resolução.

§ 3º Para efeitos da aplicação do disposto no parágrafo anterior considera-se a Assistência de Direção, código PL/FC-4, Chefia de Seção, código PL/FC-3 e Assessoria Técnica- Administrativa, código PL/FC-2, da Resolução nº 02, de 2006, alterada pela Resolução nº 04, de 2006, como função de confiança da mesma espécie.

Art. 2º A vantagem pessoal temporária decorrente do Ato da Mesa nº 384, de 2006, será deduzida nos casos em que o servidor for designado para função de confiança de Chefia de Seção - código PL/FC-3.

Art. 3º Será concedida vantagem pessoal temporária equivalente à diferença do valor da gratificação anteriormente recebida quando o servidor for designado para a função de confiança - código PL/FC-3 ou PL/FC-2.

Art. 4º A vantagem pessoal de que trata esta Resolução será proporcionalmente absorvida no decurso da implantação da tabela de vencimentos do Plano de Cargos e Salários prevista no art. 32 da Resolução nº 02, de 2006, alterada pela Resolução nº 04, de 2006, ao fim da qual, juntamente com os eventuais resíduos, será definitivamente extinta.

Art. 5º As despesas decorrentes desta Resolução correrão por conta do orçamento próprio da Assembléia Legislativa.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 1º de agosto de 2007.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 26 de setembro de 2007

Deputado Julio Garcia

Presidente

*** X X X ***